



Situação Social nos Estados

Espírito Santo



Situação Social nos Estados

Espírito Santo

ipea
Brasília, 2012

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

SITUAÇÃO SOCIAL NOS ESTADOS

Coordenação

Jorge Abrahão de Castro
Herton Ellery Araújo
Ana Luiza Machado de Codes Lima

Apoio técnico

Cristiane Ala Diniz
Janaína Carvalho dos Santos
Lana Torres Barreto
Thaysa Guimarães Souza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INDICADORES SOCIAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CASO DO ESPÍRITO SANTO	7
DEMOGRAFIA	9
PREVIDÊNCIA	12
RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE.....	14
SAÚDE.....	19
SEGURIDADE	21
TRABALHO E RENDA DO TRABALHO	23
EDUCAÇÃO.....	26
SANEAMENTO E HABITAÇÃO	29
CULTURA	32
OUTRAS PERSPECTIVAS	35
ANEXOS	36
ANEXO 1	36
ANEXO 2	49

APRESENTAÇÃO

A iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea de publicar esta série – *Situação Social nos Estados* – busca suprir uma lacuna e complementar as tradicionais séries de análises desenvolvidas pela instituição na área social. Contribuiu-se, dessa forma, para o cumprimento da missão de produzir e disseminar conhecimento a fim de melhorar as políticas públicas tanto no aspecto nacional como também nas esferas mais descentralizadas do país.

Para tanto, esta publicação apresenta e analisa brevemente alguns temas sociais selecionados, utilizando um conjunto de dados e informações para entender a evolução e o quadro atual da situação social vivida pela sociedade brasileira, em cada um dos estados brasileiros e no Distrito Federal.

Os temas foram selecionados por área de interesse das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário.

Para dar conta do tipo de abordagem proposta, a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Entretanto, quando a PNAD não foi suficiente, utilizaram-se também outras fontes de dados. Além disso, restringiu-se o período de análise a 2001-2009.

O presente documento trata do estado do Espírito Santo como parte específica da série. Para cada estado, é possível comparar a situação no estado à média da região a que pertence e à média nacional. Por outro lado, há também a possibilidade de análise intraestadual, na qual o indicador médio do estado é confrontado com suas situações urbana e rural.

As diferentes seções apresentadas servem ao propósito de conferir tratamento múltiplo aos temas. Primeiro, apresenta-se análise dos principais indicadores selecionados para cada tema proposto. Em seguida, o anexo 1 oferece uma série de 34 indicadores para que o leitor faça suas próprias análises. Por último, o anexo 2 apresenta glossário de indicadores e suas respectivas metodologias de construção.

Os Editores

INDICADORES SOCIAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CASO DO ESPÍRITO SANTO

Dois eventos, que marcaram o fim dos anos 1980 e o começo dos anos 1990 no Brasil, possibilitaram uma mudança no quadro socioeconômico do país nas últimas duas décadas: a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, que definiu novos marcos para a abrangência das políticas sociais; e a estabilização monetária obtida com o Plano Real em 1994, que permitiu ao país voltar a planejar políticas públicas com um horizonte mais controlável do ponto de vista econômico.

A primeira década dos anos 2000 já reflete os impactos decorrentes daqueles eventos. O objetivo desta série de publicações é mostrar, por meio de alguns indicadores selecionados, as mudanças sociais que são fruto do desempenho econômico do Brasil e também das escolhas políticas feitas nesse período.

Os indicadores foram selecionados por área de atuação das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário.

Para abordar essas áreas, a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).¹ Entretanto, a PNAD não foi suficiente para tudo, sendo então utilizados os dados da Rede Interagencial de Informações para a Saúde do Ministério da Saúde (Ripsa/MS). Além disso, para simplificar, apresentam-se as fontes de dados de cada indicador no anexo 2.

1. Existe uma variabilidade inerente, de ano para ano, aos indicadores advindos da PNAD, por se tratar de uma pesquisa amostral. Mostraremos os indicadores calculados a partir dos microdados de cada ano. Contudo, depreenderemos dali as tendências gerais ao longo do período.

Este volume sobre o Espírito Santo integra uma série de publicações, organizada por estado. Em cada uma delas, o leitor pode comparar a situação do estado à média da região a que pertence e à média nacional. Por outro lado, há também a possibilidade de uma análise intraestadual, na qual o indicador médio do estado é confrontado com suas situações urbana e rural.

O quadro-síntese a seguir apresenta alguns indicadores, que serviram de base para uma abordagem inicial. Entretanto, o leitor pode fazer uma análise mais completa utilizando o anexo estatístico, que oferece gama maior de indicadores para cada área em questão.

QUADRO 1
Quadro-síntese da situação social – Brasil, Sudeste e Espírito Santo

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Sudeste	Espírito Santo
Demografia	Taxa de fecundidade total	1,90	1,75	1,67
	Razão de dependência de idosos (60 ou mais)	15,33	16,57	14,52
Previdência social	Cobertura da população idosa (60 ou mais)	77,37	76,29	77,10
	Esperança de vida aos 60 anos ¹	21,30	21,80	21,90
Pobreza e desigualdade	Extrema pobreza	5,16	2,33	3,22
	Renda domiciliar <i>per capita</i>	631,71	759,48	633,90
	Índice de Gini	54,01	50,71	52,78
Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) ²	20,00	14,60	13,90
	Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) ³	94,30	88,80	187,60
Seguridade	Percentual da renda com transferências	20,74	20,50	20,09
Trabalho e renda	Desemprego	8,16	8,62	7,62
	Rendimento médio do trabalho (salário)	1.116,39	1.264,00	1.065,29
Educação	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	9,70	5,68	8,53
	Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais)	7,55	8,19	7,55
Saneamento e habitação	Abastecimento adequado de água	87,72	96,16	99,04
	Acesso à energia elétrica	98,82	99,80	99,87
Cultura	Telefone celular no domicílio	81,05	85,96	84,82
	Internet no domicílio	28,14	37,76	30,94

(Continua)

(Continuação)

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Sudeste	Espírito Santo
Desenvolvimento agrário	Cobertura da população idosa (rural)	86,49	84,02	84,85
	Extrema pobreza (rural)	12,64	4,33	1,88
	Renda domiciliar <i>per capita</i> (rural)	314,25	398,92	341,05
	Índice de Gini (rural)	49,02	44,66	40,08
	Rendimento médio do trabalho (salário) (rural)	625,45	722,53	587,86
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural)	22,77	15,33	17,65
	Acesso à energia elétrica (rural)	93,29	98,25	99,38
	Telefone celular no domicílio (rural)	54,49	66,08	64,89
Internet no domicílio (rural)	4,25	8,16	3,33	

Fontes: PNAD 2009/IBGE e Ripsa/MS.

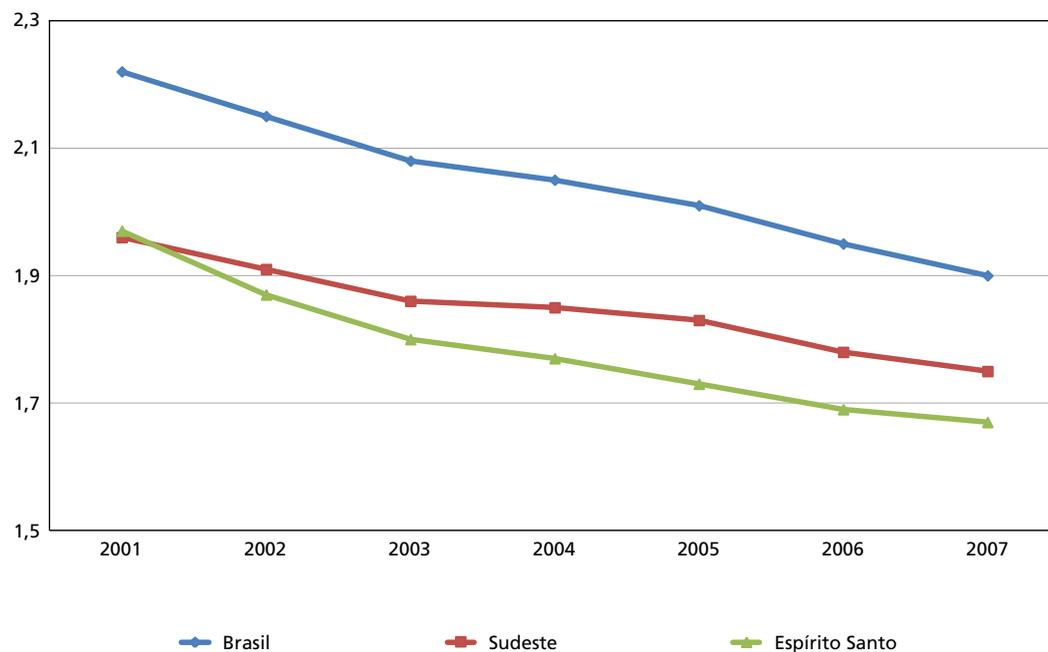
Notas:¹ Os valores da esperança de vida aos 60 anos apresentados representam 2008.² Os valores da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentados representam 2007.³ Os valores da taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) apresentados representam 2007.

DEMOGRAFIA

Espírito Santo, estado pertencente à região Sudeste do Brasil, é o estado menos populoso da região, possui cerca de 3,5 milhões de habitantes, o que representa 1,8% da população brasileira e 4,3% da do Sudeste. Cerca de 17,4% da população capixaba vive nas zonas rurais de seus municípios. Esse percentual é o mais alto dos estados da região e supera a média nacional, que é de 15,6%. Apesar disso, a população rural do estado é a segunda menor da região, 0,6 milhão de habitantes, ficando na frente apenas do Rio de Janeiro.

A fecundidade no Espírito Santo é menor do que no Brasil e no Sudeste e encontra-se em trajetória de queda, semelhante às demais. O Brasil já apresenta uma taxa de fecundidade (1,90) abaixo da de reposição (2,10), o que significa que nossa população começará a decrescer daqui a cerca de 30 anos. No caso do Espírito Santo (1,67) e do Sudeste (1,75), o crescimento vegetativo está ainda mais lento do que o nacional.

GRÁFICO 1
Taxa de fecundidade total



A razão de dependência de idosos, por sua vez, é menor no Espírito Santo (14,5) do que no Sudeste (16,6) como um todo e inferior à nacional (15,3). A trajetória de crescimento deste indicador, no entanto, mostra maior aceleração.

GRÁFICO 2
Razão de dependência demográfica – idosos

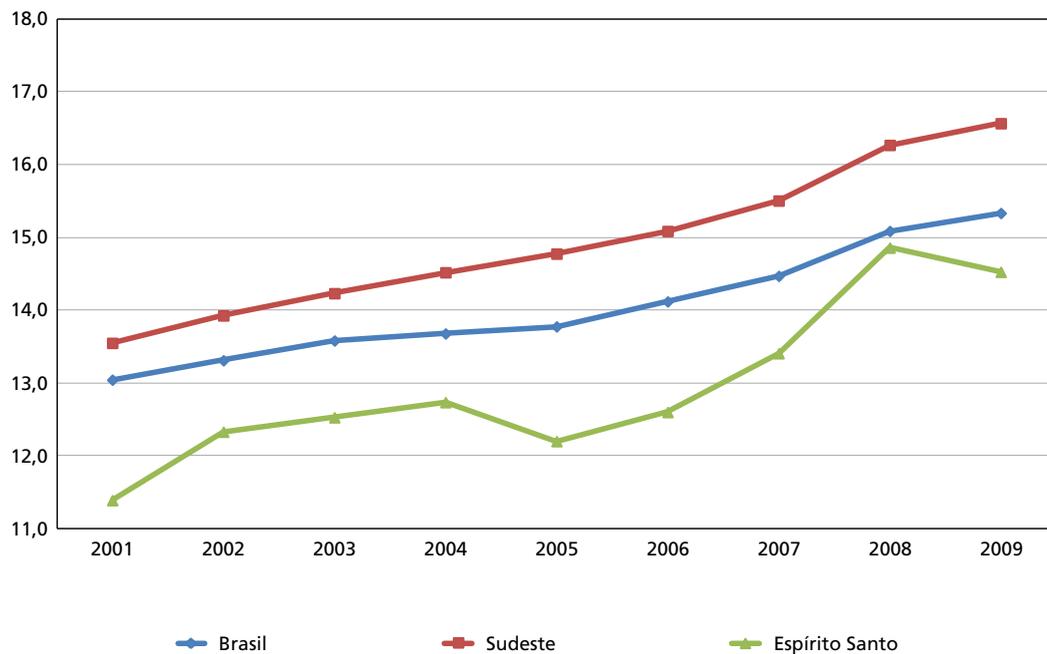
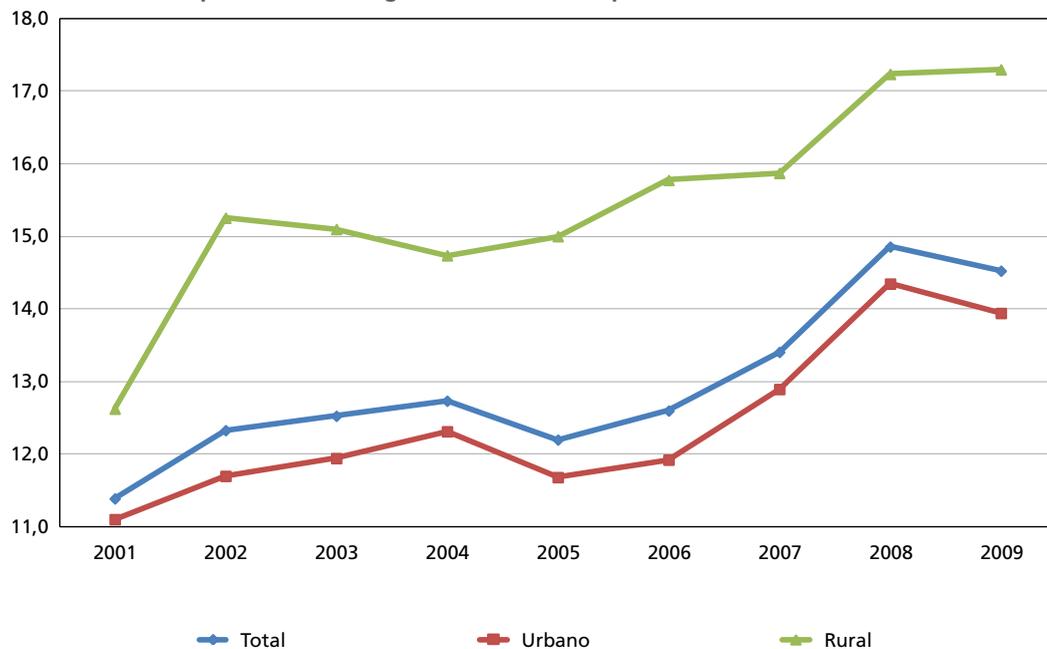


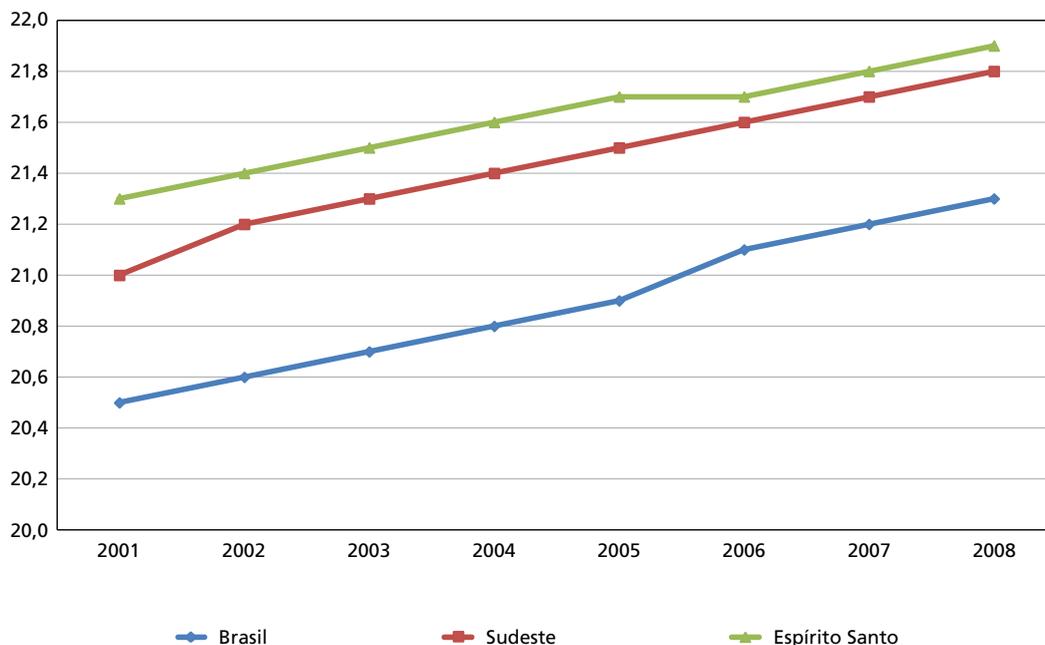
GRÁFICO 3
Razão de dependência demográfica – idosos – Espírito Santo



PREVIDÊNCIA

Os indicadores de previdência social fornecem uma sinalização de como a população idosa do Espírito Santo vive de forma mais salutar do que a média dos cidadãos do Sudeste e a média brasileira. A tomar pela esperança de vida aos 60 anos² – trata-se de estimativa de quantos anos mais uma pessoa de 60 anos de idade ainda vai viver –, tem-se que um capixaba, em 2001, tinha a expectativa de viver mais 21,3 anos, quando completasse 60 anos de idade. Essa expectativa passou a ser de 21,9 anos, em 2008. Para um brasileiro, essa projeção era de 20,5 anos em 2001 e de 21,3 anos em 2008 e, para um cidadão do Sudeste, de 21 e 21,8 anos.

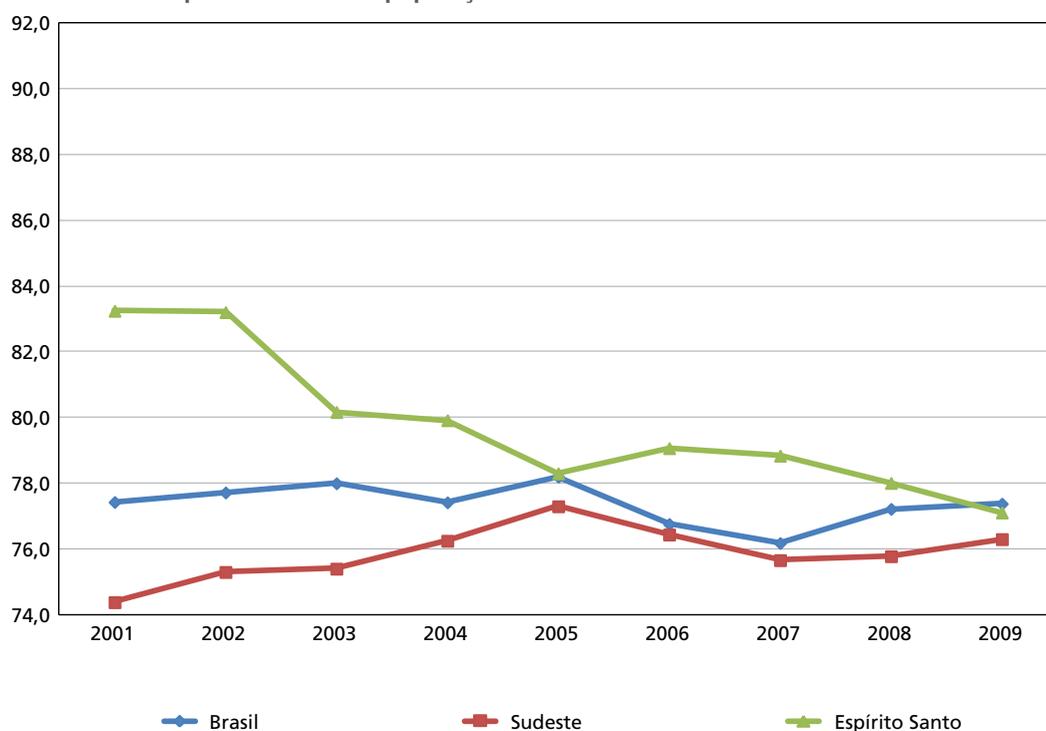
GRÁFICO 4
Esperança de vida aos 60 anos de idade



2. Os valores da esperança de vida aos 60 anos representam 2001 a 2008. Ainda não foram calculados os valores para 2009.

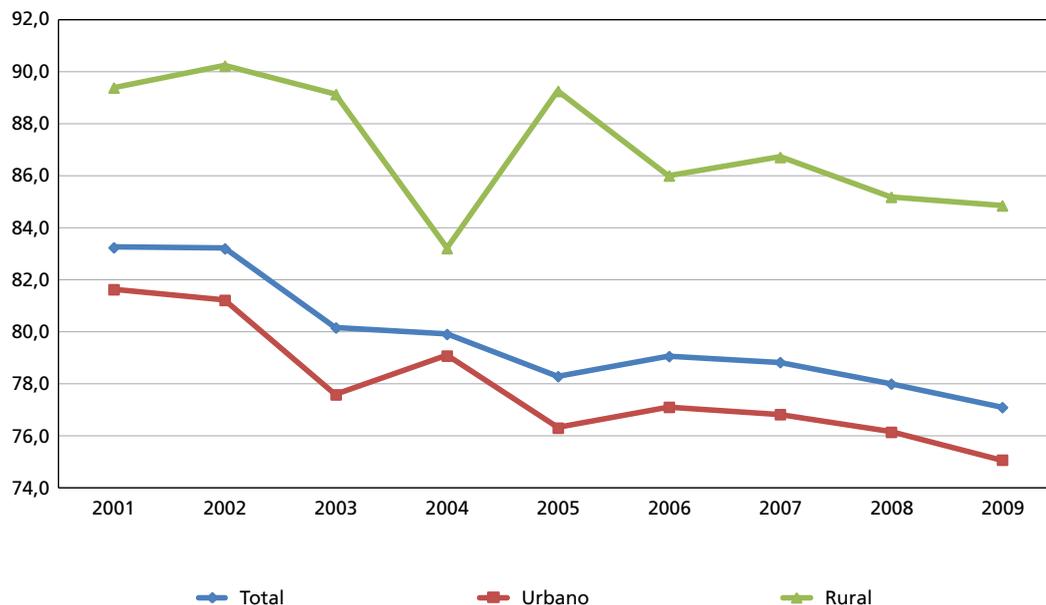
Outro indicador utilizado na área da previdência social é a cobertura da população idosa (60 anos ou mais) em relação aos benefícios previdenciários e assistenciais.³ Em 2001, enquanto 77,4% da população idosa do Brasil e 74,4% da do Sudeste eram cobertas pela previdência social, no Espírito Santo, essa cifra era de 83,2%. Em 2009, esses totais passaram a ser de 77,4%, 76,3% e 77,1%, respectivamente. Enquanto a cobertura permaneceu inalterada no Brasil, a variação no Sudeste foi de 2,6%. No Espírito Santo houve queda de cobertura de 7,4%.

GRÁFICO 5
Cobertura previdenciária da população idosa



3. Na PNAD, não é possível distinguir a aposentadoria do Benefício de Prestação Continuada do idoso.

GRÁFICO 6
 Cobertura previdenciária da população idosa – Espírito Santo



RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

Para captar o poder aquisitivo da população, utilizamos o indicador da renda domiciliar *per capita*, pois ele contempla todas as fontes de renda que uma família pode possuir, dividido pela quantidade de componentes da família. Expressa, portanto, a parcela da renda que é efetivamente apropriada por cada membro da família para seus gastos.

O Brasil, que apresentava a renda domiciliar *per capita* de R\$ 511,5 em 2001, subiu para R\$ 631,7, em 2009, perfazendo aumento real de 23,5% no período. O indicador do Sudeste passou de R\$ 647,5 para R\$ 759,5 (aumento real de 17,3%). No caso do Espírito Santo, o indicador era de R\$ 473,6, em 2001, elevando-se para R\$ 633,9, em 2009. Com esse aumento de 33,8% ao longo do período, o estado apresentou crescimento muito além da média nacional e também da região.

No Espírito Santo, as desigualdades de renda média diminuíram um pouco, uma vez que a renda domiciliar *per capita* da zona rural teve um crescimento de 42,3%, superior ao observado na urbana (32,1%), passando de R\$ 239,6 em 2001

para R\$ 341,1 em 2009. Ainda assim, a discrepância entre as magnitudes desses indicadores rurais e urbanos chama atenção. Em suma, apesar do melhor desempenho, em termos do crescimento de renda observado nos últimos anos, o Espírito Santo ainda apresenta patamares muito inferiores ao da região Sudeste como um todo.

GRÁFICO 7
Renda domiciliar *per capita* média
(Em R\$)

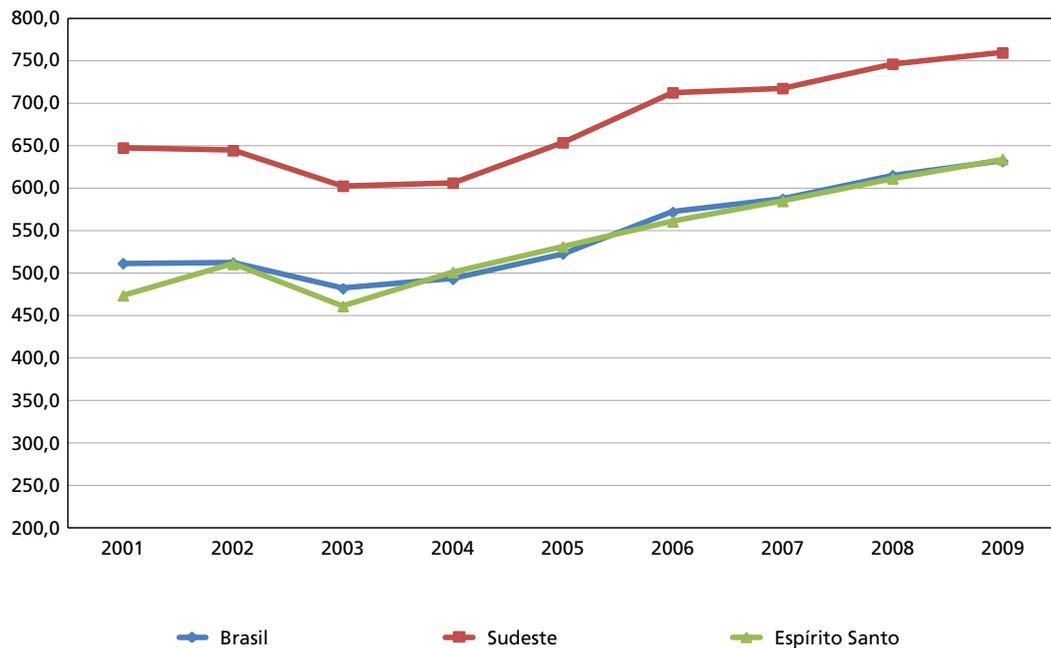
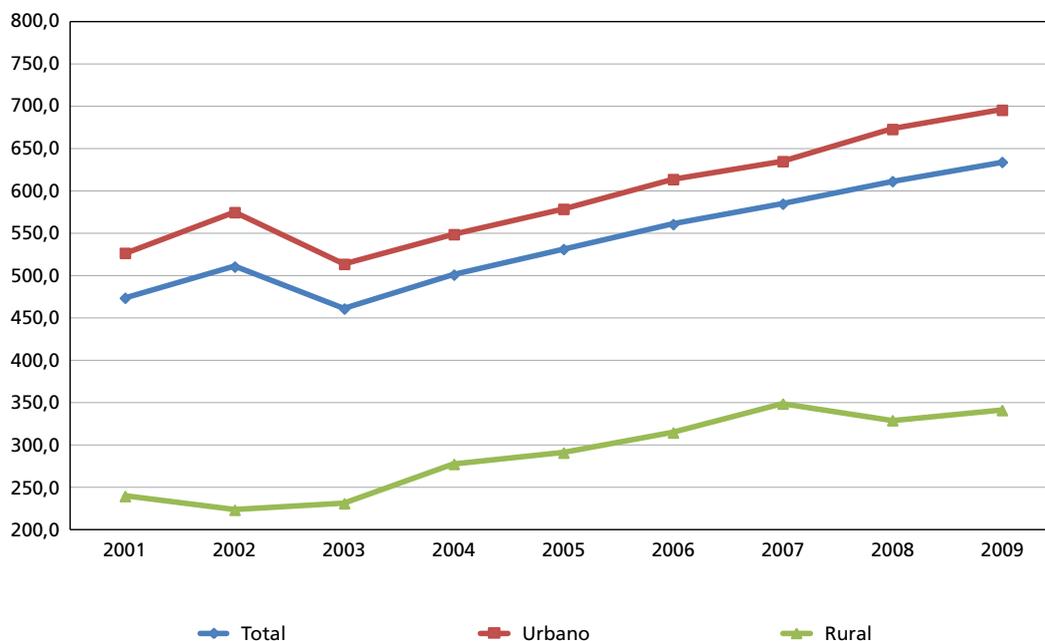


GRÁFICO 8
Renda domiciliar *per capita* média – Espírito Santo
 (Em R\$)



Sob o ponto de vista da pobreza extrema – ou seja, daqueles que auferem renda *per capita* inferior a R\$ 67,07, por mês, em setembro de 2009 e para os anos anteriores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC)⁴ –, o Espírito Santo apresenta tendência de queda. Em 2001, 9,9% da população vivia em pobreza extrema, sendo que essa proporção diminuiu para 3,2% em 2009. Comparativamente ao ocorrido na região Sudeste, essa trajetória foi mais intensa. No mesmo período, a pobreza extrema na região passou de 5,6% para 2,3%. Os índices nacionais são de 10,5% e 5,2% para 2001 e 2009, respectivamente.

Tendo em vista o contexto rural, os indicadores de pobreza extrema apresentados no Espírito Santo (17,6% em 2001 e 1,9% em 2009) são surpreendentes, pois colocam a população rural em melhor condição que a urbana, situação pouco comum entre os estados brasileiros.

4. Em junho de 2011, o governo federal assumiu uma linha oficial, para balizar seu programa de erradicação da extrema pobreza. É esta linha que está sendo considerada neste trabalho.

GRÁFICO 9
População em situação de extrema pobreza

(Em %)

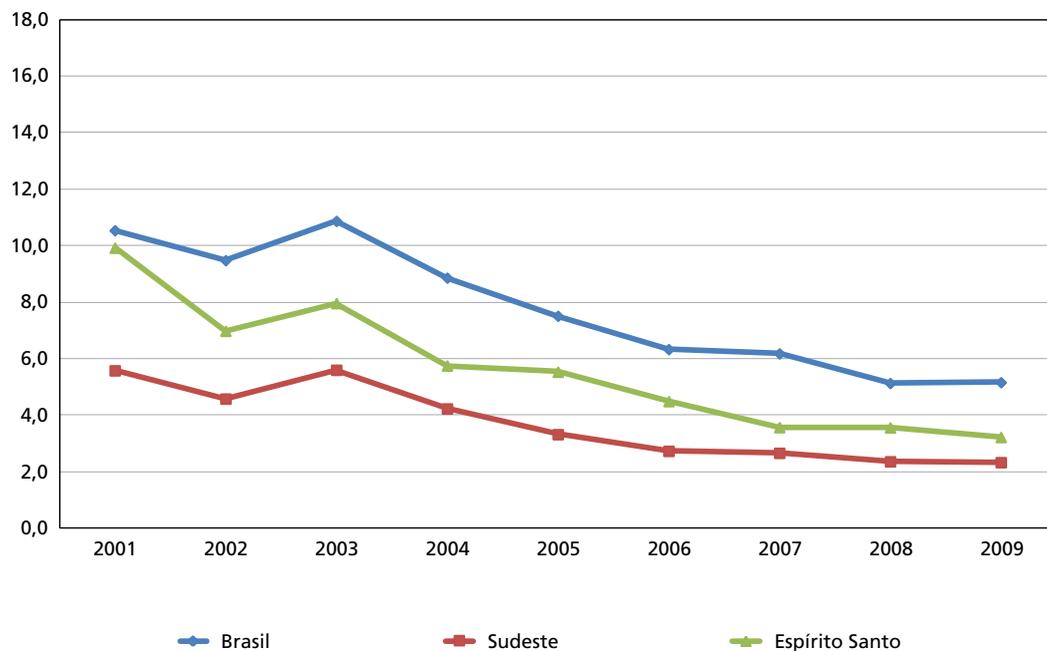
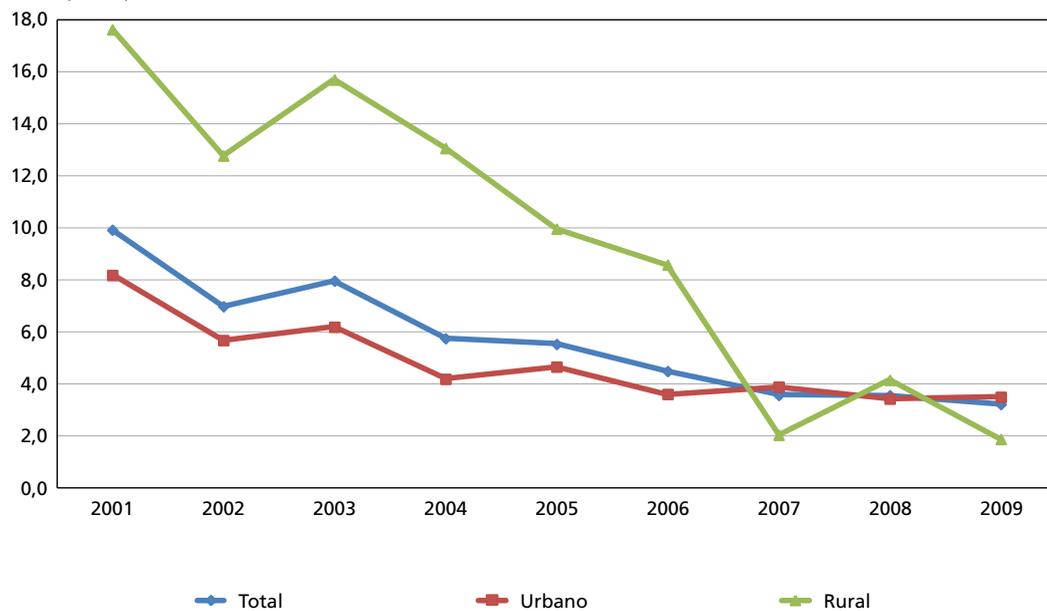


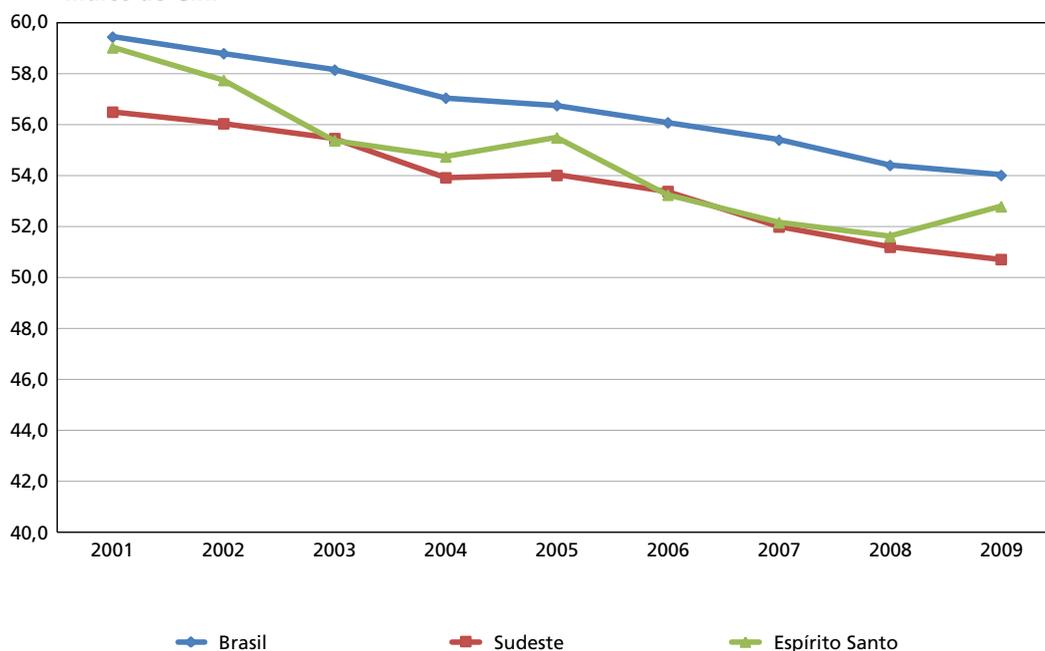
GRÁFICO 10
População em situação de extrema pobreza – Espírito Santo

(Em %)



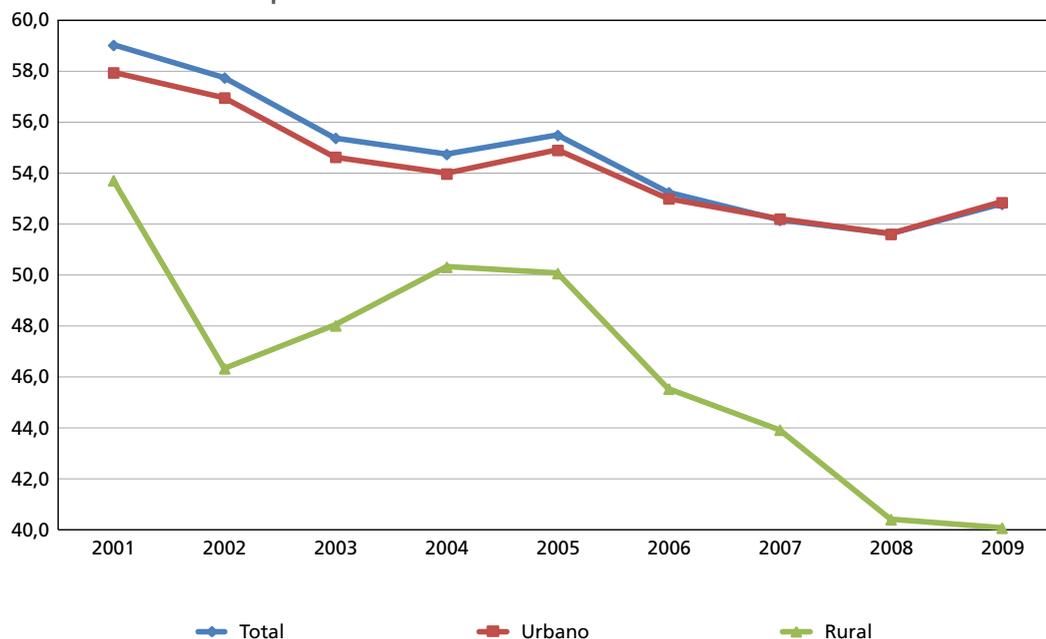
A propósito da desigualdade de renda, o indicador mais completo para medi-la é o Índice de Gini,⁵ pois leva em consideração os rendimentos por todo o espectro da distribuição. A série histórica desse indicador encontra-se no gráfico a seguir. Como esperado, a desigualdade vem caindo, sendo a do Sudeste inferior à nacional. O Espírito Santo apresentou, durante toda a década, desigualdade um pouco maior do que a do Sudeste, mas inferior à média nacional. Na área rural, a desigualdade é inferior à urbana e caiu de forma muito mais acentuada do que a urbana.

GRÁFICO 11
Índice de Gini



5. O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento *Variabilità e mutabilità*, em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade de renda (em que todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O Índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (p.p.) – é igual ao coeficiente multiplicado por 100.

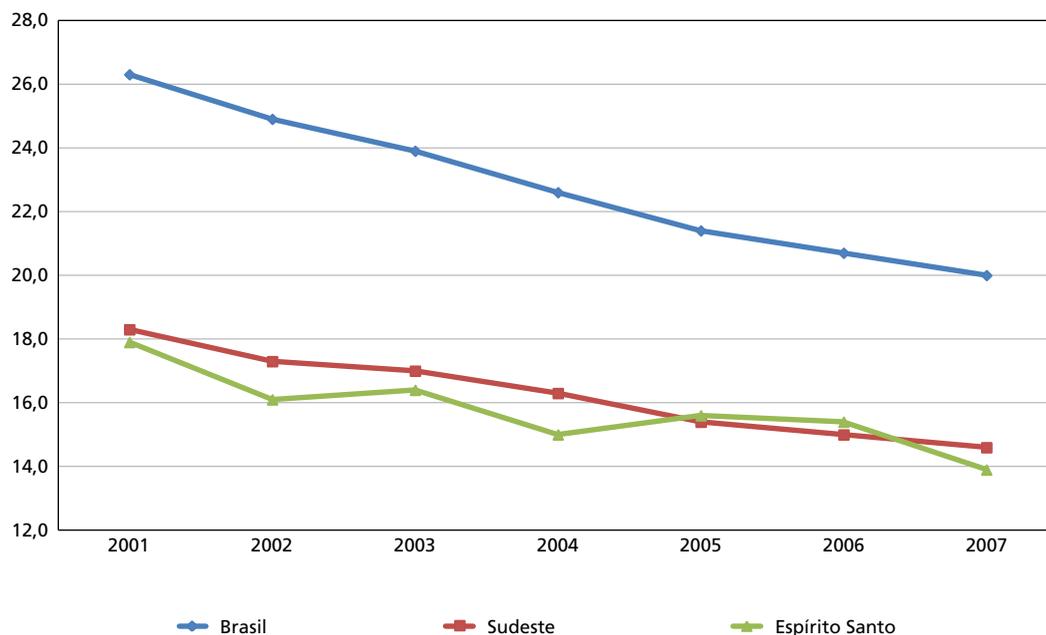
GRÁFICO 12
Índice de Gini – Espírito Santo



SAÚDE

A mortalidade infantil no Espírito Santo tem diminuído. Em 2001, a taxa (mortes infantis por mil nascidos vivos) era de 17,9, caindo para 13,9 em 2007. Considerando esses valores, o estado encontra-se, em situação favorável, relativamente ao contexto nacional. No Brasil, os patamares de mortalidade infantil são mais altos: 26,3, em 2001, e 20, em 2007. O Espírito Santo apresenta-se em vantagem também, comparativamente ao quadro apresentado na região Sudeste, onde as taxas foram de 18,3 e 14,6, em 2001 e 2007, respectivamente.

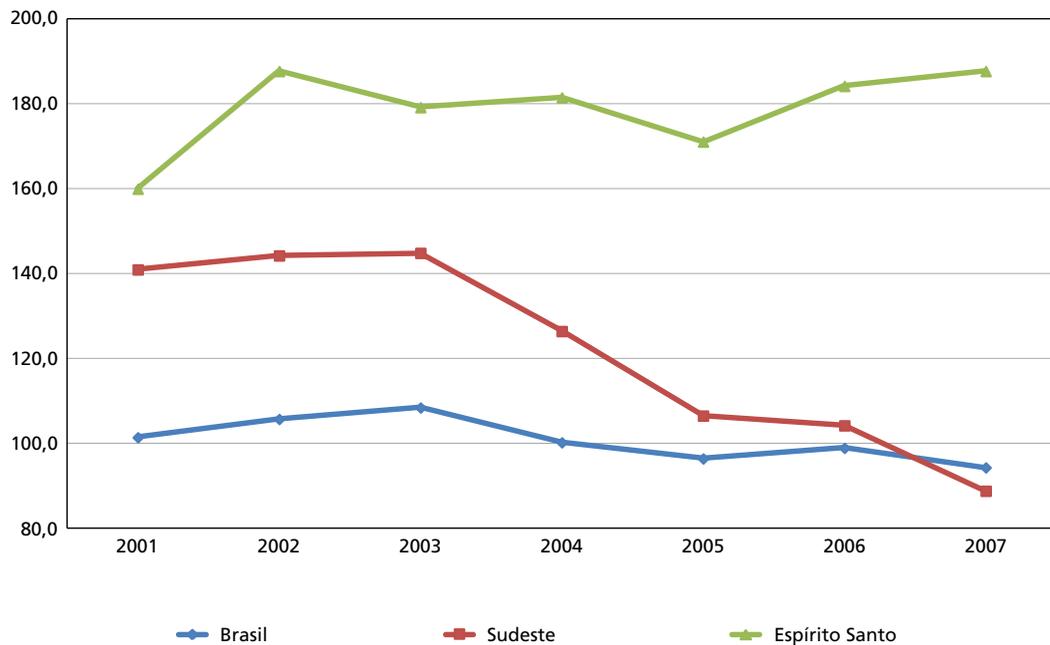
GRÁFICO 13
Taxa de mortalidade infantil



Outro indicador a ser considerado é a taxa de homicídio masculina (número de mortes por 100 mil habitantes), para a faixa etária de 15 a 29 anos. Este indicador serve como um *proxy* da violência urbana, uma vez que os homicídios relacionados com questões de tráfico afetam mais os homens jovens.

No caso do Brasil, a taxa caiu de 101,4 em 2001 para 94,3 em 2007, queda de 7%. O Espírito Santo apresentou desempenho ruim nesse indicador. Aumentou 17,3%, contra queda de 37% da região como um todo. O resultado é exitoso se comparado com o estado de Minas Gerais, que subiu 74,7%. Tendo em perspectiva os estados de São Paulo (queda de 68,3%) e Rio de Janeiro (queda de 9,1%), no entanto, o desempenho do Espírito Santo foi muito ruim. No começo da década, o estado apresentava menor índice de violência do que Rio de Janeiro e São Paulo, mas se tornou, no fim da década, o mais violento da região.

GRÁFICO 14
Taxa de homicídios masculina – 15 a 29 anos



SEGURIDADE

Em sua atuação para prover seguridade social à população, o governo promove tanto políticas de prestação de serviços quanto de transferências monetárias diretas. Essas transferências compõem uma parcela da renda das famílias, que pode ser mensurada pelo percentual correspondente às aposentadorias e pensões de instituto de previdência ou do governo federal, ao abono de permanência e aos outros programas oficiais – tais como Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-Loas) e outros.⁶

6. As PNADs agrupam, na mesma variável, os programas de transferências governamentais e os ganhos provenientes de aplicações financeiras, como dividendos e juros. Sabemos, no entanto, que estes rendimentos tendem a ser subdeclarados, enquanto as transferências governamentais são mais bem captadas. Consideramos, portanto, que essa variável oferece boa aproximação do que queremos aferir.

No Espírito Santo a parcela da renda correspondente à seguridade variou em torno de 20%, sem tendência clara de aumento. Entre os moradores da zona rural, esses percentuais apresentaram comportamento errático, mostrando fortes variações no período.

GRÁFICO 15
Transferências na renda
(Em %)

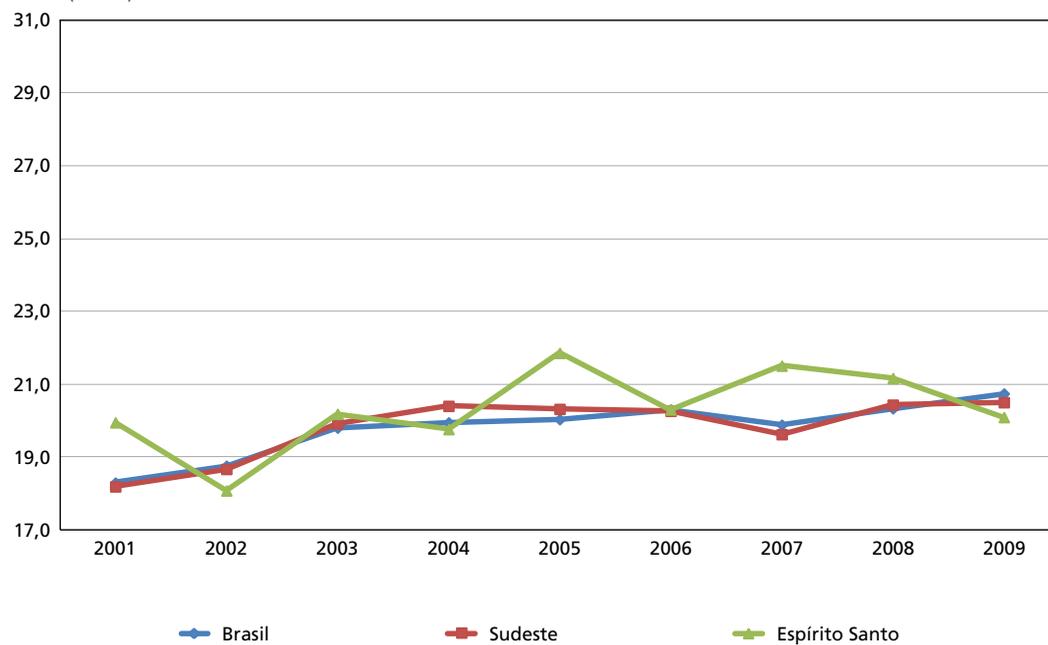
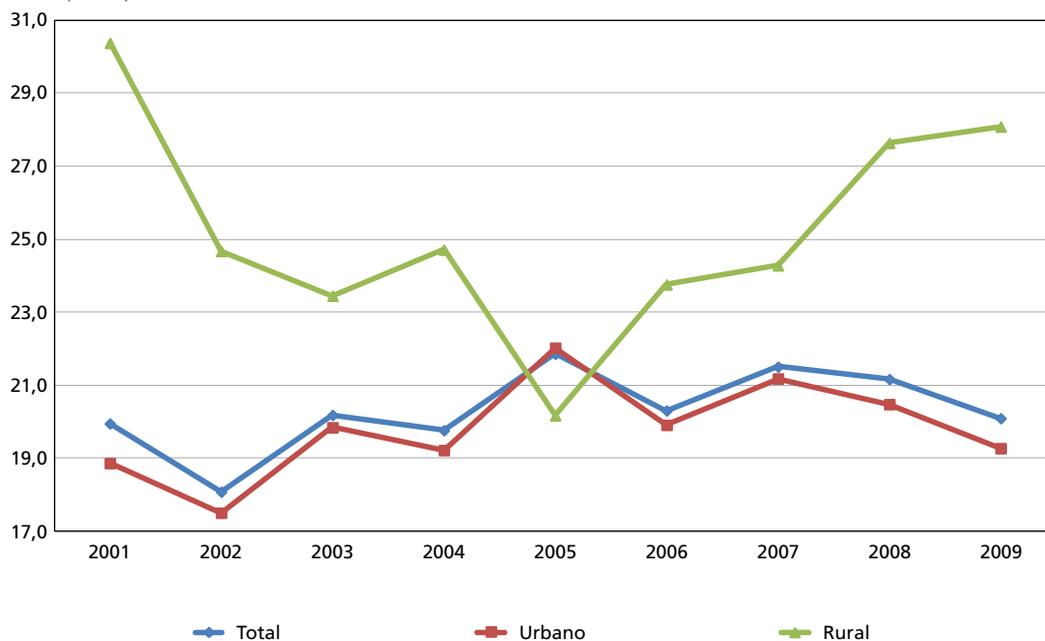


GRÁFICO 16
Transferências na renda – Espírito Santo

(Em %)



TRABALHO E RENDA DO TRABALHO

A taxa de desemprego no Espírito Santo manteve-se menor do que na região Sudeste e no Brasil na maioria dos anos da série. Em 2001, ela era de 8,8%, tendo caído para 7,6% em 2009. No Sudeste, essas taxas foram de 10,5% em 2001 e 8,6% em 2009; para o Brasil, apresentaram-se as taxas de 9,2% e 8,2%, respectivamente.

GRÁFICO 17
Taxa de desemprego

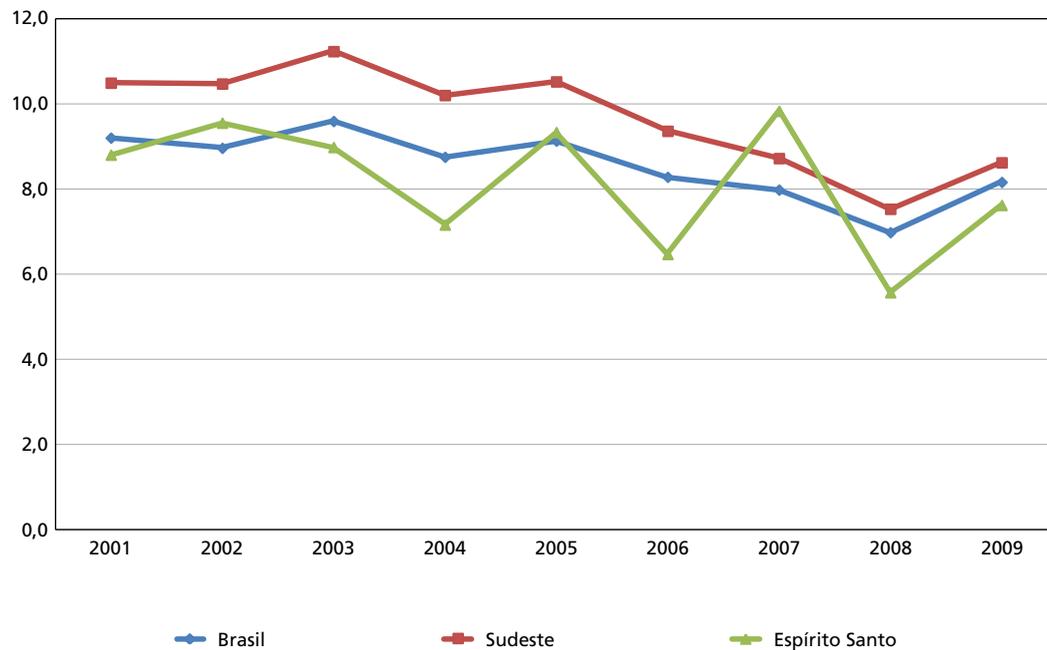
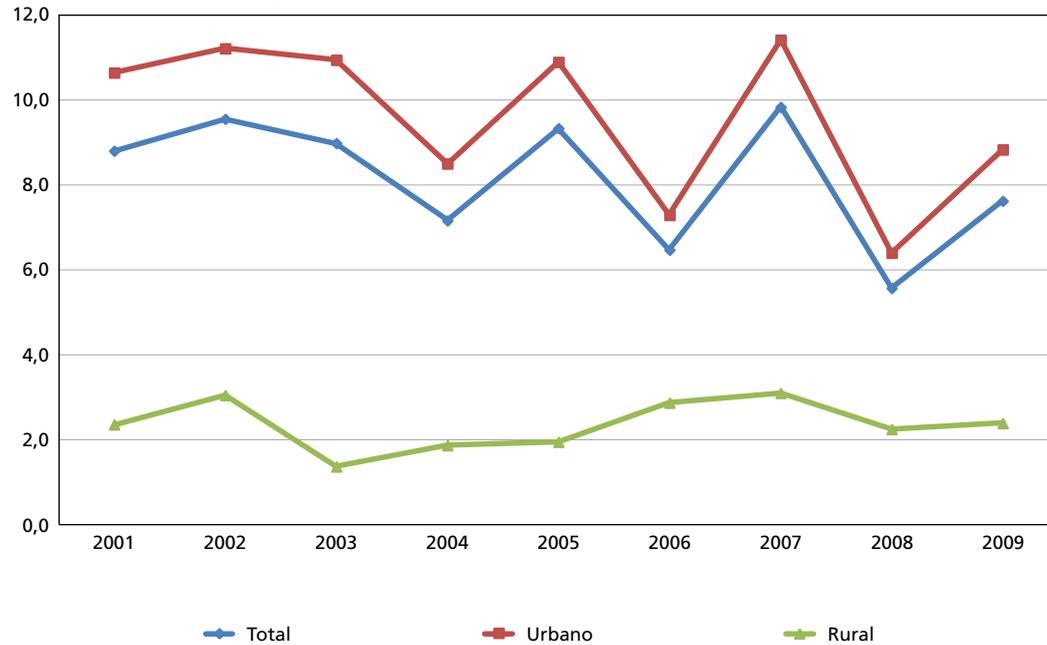
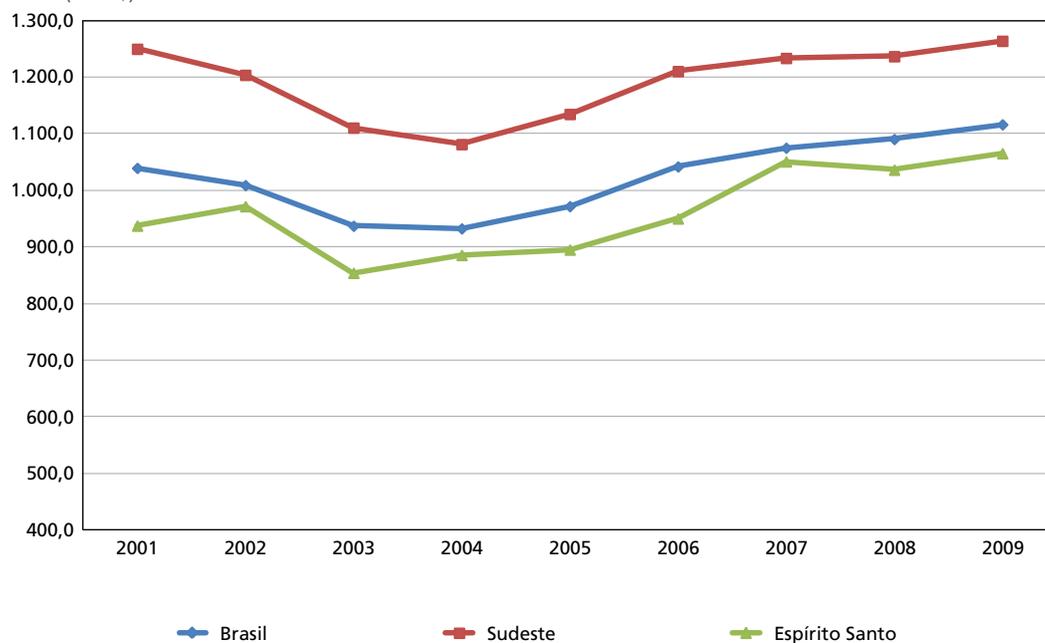


GRÁFICO 18
Taxa de desemprego – Espírito Santo



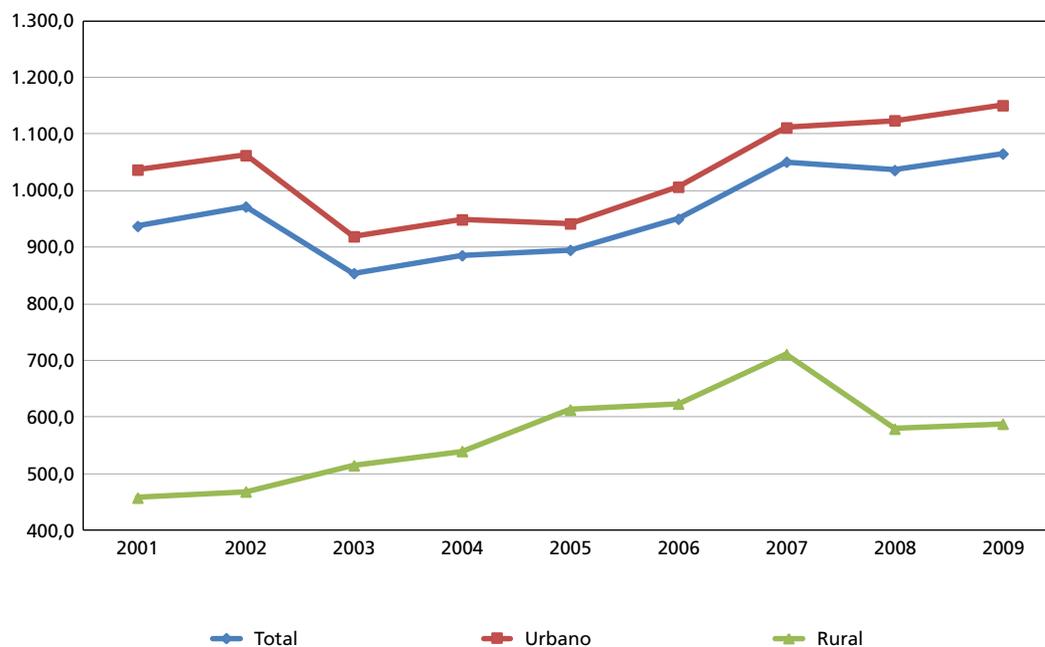
Quanto à remuneração do trabalho, medida pelo rendimento médio do trabalho, Espírito Santo encontra-se em situação bastante desfavorável relativamente à média do Sudeste e mesmo à média nacional. O rendimento médio do trabalho⁷ no Espírito Santo foi de R\$ 937,4 em 2001 (sendo que, no Brasil, essa média foi de R\$ 1.039,4 e, no Sudeste, de R\$ 1.250,0) e em 2009 estava em R\$ 1.065,3 (Brasil: R\$ 1.116,39; Sudeste: R\$ 1.264,0). O aumento da média no Espírito Santo (13,6%) foi maior do que o da média nacional (7,4%) e ainda maior do que o da média regional (1,1%).

GRÁFICO 19
Rendimento médio no trabalho
(Em R\$)



7. Trata-se do rendimento médio só dos que tiveram renda proveniente do trabalho. Os ocupados com renda zero foram excluídos do cálculo.

GRÁFICO 20
Rendimento médio no trabalho – Espírito Santo
 (Em R\$)



Na zona rural a crise não apareceu, pelo menos no início da década. Houve diminuição entre 2007 e 2008. Olhando-se ponta a ponta houve aumento de 28,6% na renda média do trabalho. No entanto, há defasagem de rendimentos em relação aos trabalhadores urbanos.

EDUCAÇÃO

O Espírito Santo tem escolaridade, medida pela média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, menor do que a do Sudeste e superior à média nacional em quase todos os anos, de 2001 a 2009. Pode-se, observando os dados, dividir o desempenho educacional do estado em dois momentos: de 2001 a 2005, houve aumento acelerado da escolaridade; e de 2005 a 2009, relativa estagnação no processo de expansão da escolaridade no estado. No primeiro período, o indicador cresceu 14%, enquanto no segundo período o crescimento foi de apenas 3,1%. Esses valores são 9,3% e 8,6% para o Brasil e 7,9% e 7,1% para o Sudeste.

GRÁFICO 21
Média de anos de estudo

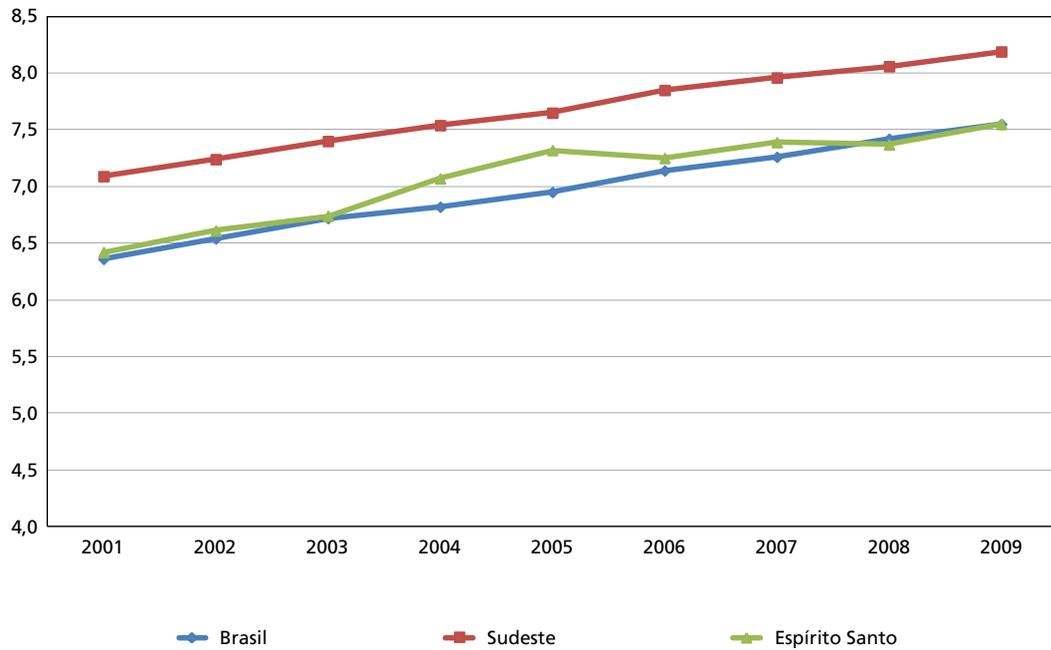
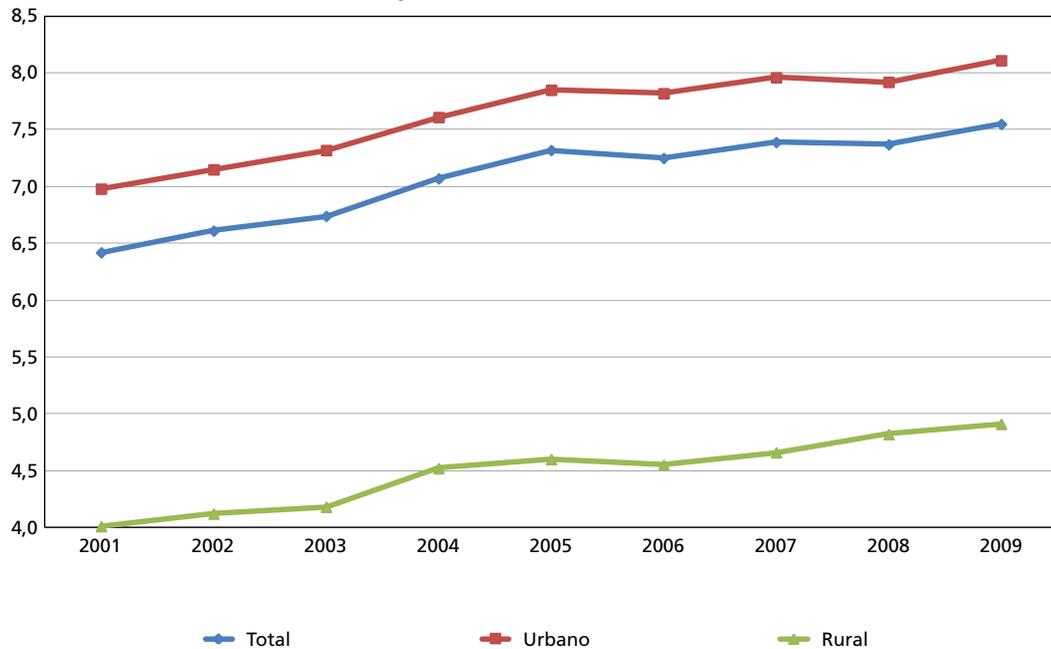


GRÁFICO 22
Média de anos de estudo – Espírito Santo



Observando-se a questão do analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, pode-se fazer a mesma análise, mas os períodos são bem mais demarcados. Enquanto entre 2001 e 2005 o analfabetismo caiu 24,6%, no estado, entre 2005 e 2009 caiu apenas 1,2%. No Brasil os números são: 10% e 12,8%, respectivamente, e para a média da região são 12,1% e 13,7%.

GRÁFICO 23
Taxa de analfabetismo

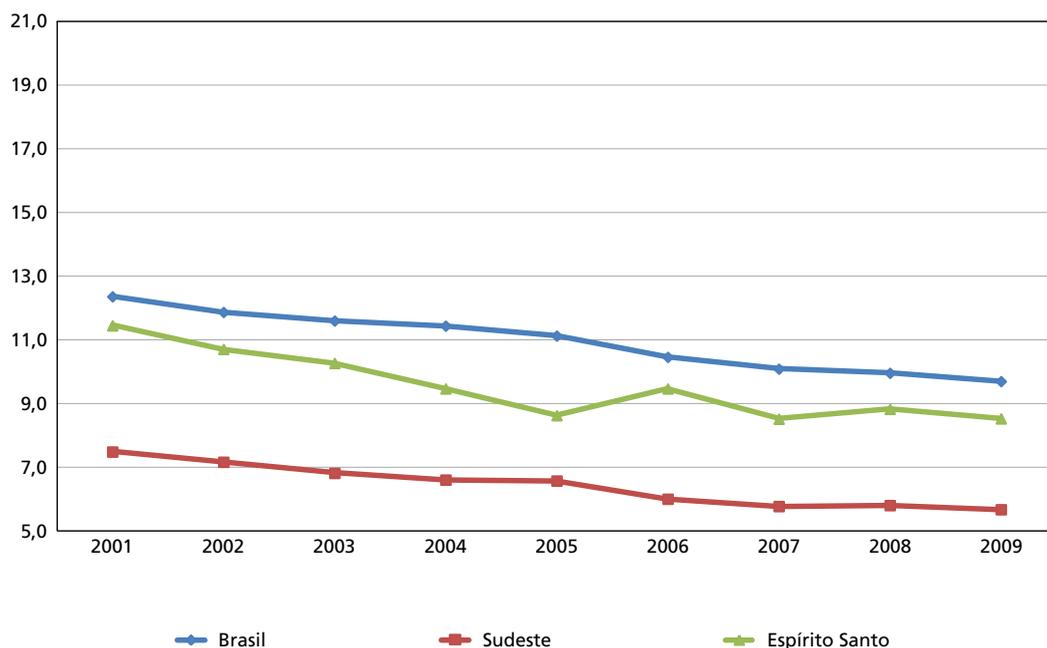
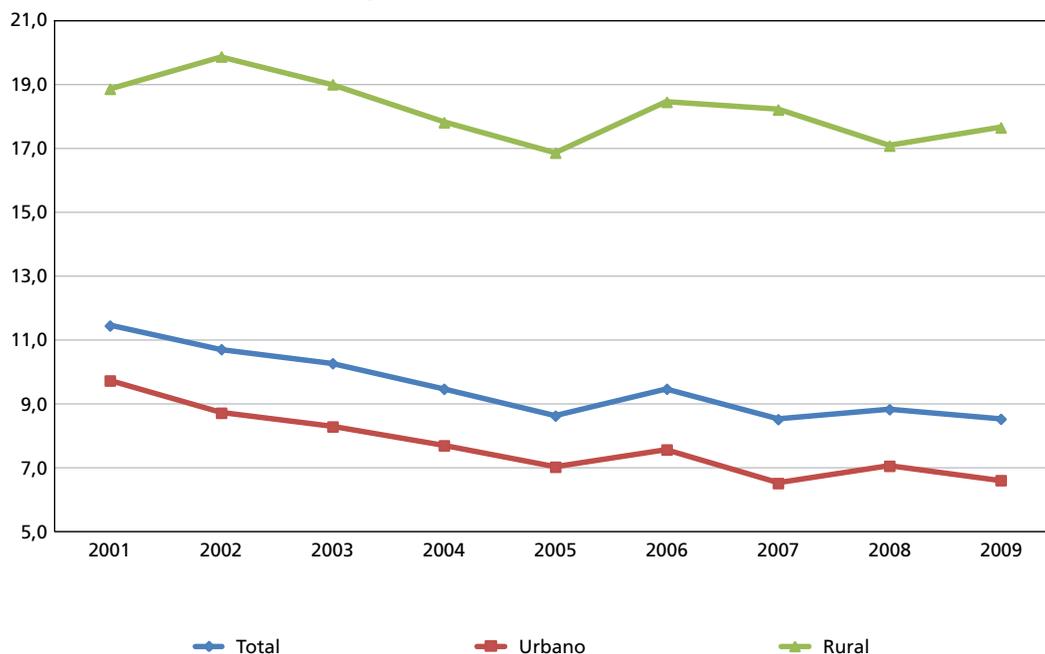


GRÁFICO 24
Taxa de analfabetismo – Espírito Santo



A situação no Espírito Santo mostra ainda situação de desigualdade: os índices referentes às populações rurais de Espírito Santo passaram de 18,9%, em 2001, para 17,7%, em 2009 – uma redução insignificante.

SANEAMENTO E HABITAÇÃO

No Espírito Santo, acessos adequados a abastecimento de água estão além da média nacional e da do Sudeste.

Durante o período em questão, a água encanada no Brasil aumentou sua cobertura, passando de 81,4%, em 2001, para 87,7%, em 2009. Nesse mesmo período, no Espírito Santo, cresceu de 93,4% para 99%, o que pode ser considerado como uma universalização. Mesmo a população rural já tem cobertura semelhante à urbana no último ano da série.

GRÁFICO 25
Abastecimento adequado de água
 (Em %)

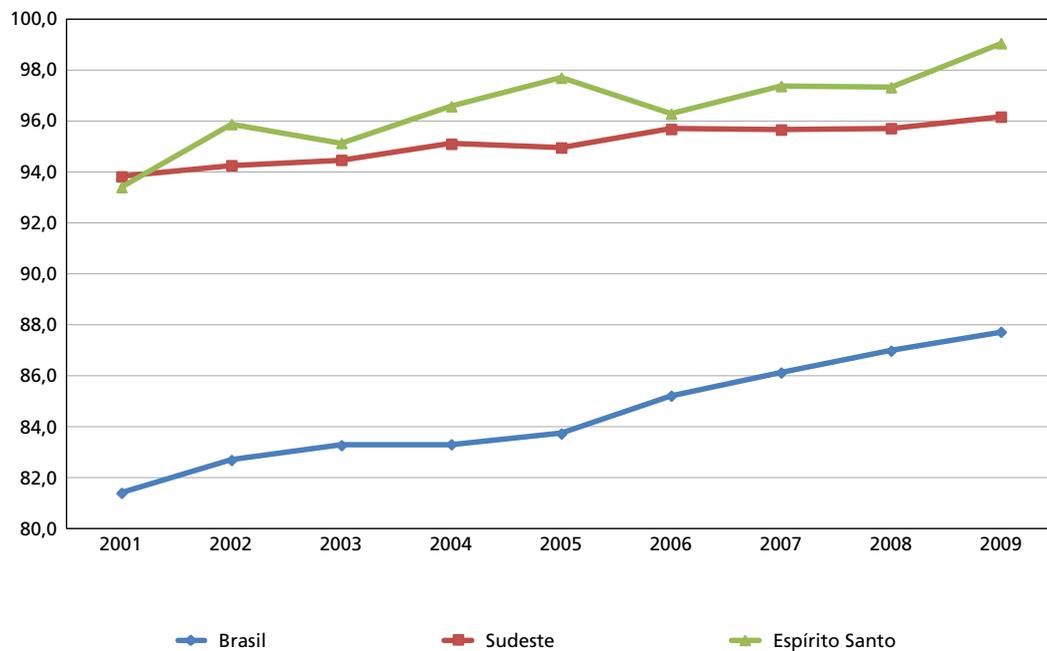
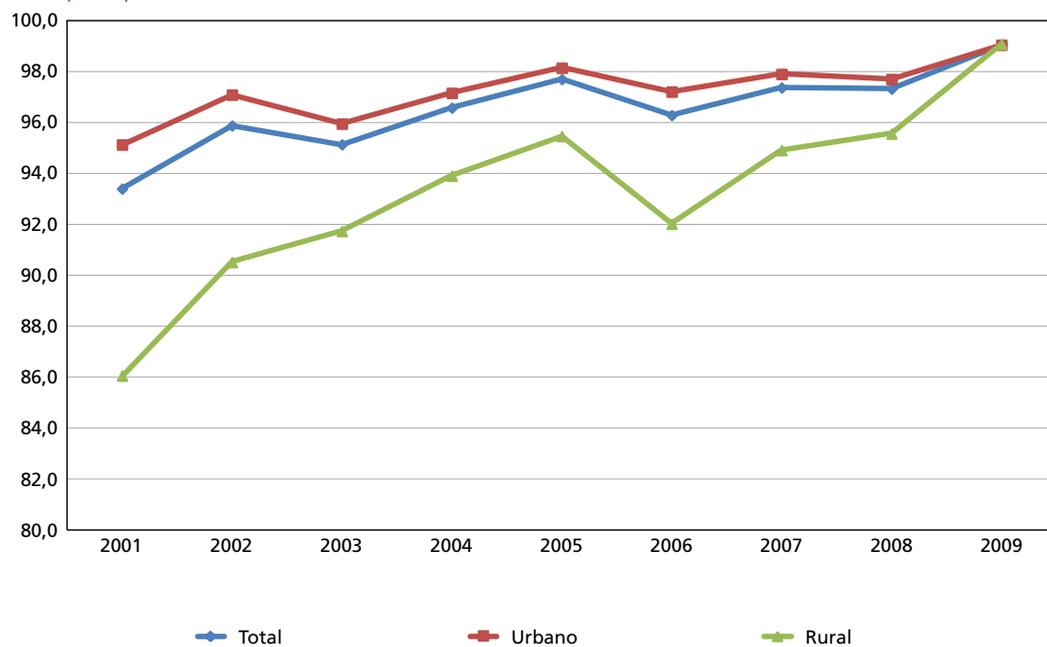


GRÁFICO 26
Abastecimento adequado de água – Espírito Santo
 (Em %)



Com relação à energia elétrica, o Espírito Santo encontra-se em melhor situação do que o Sudeste como um todo e a média brasileira. Este serviço está praticamente universalizado, inclusive na área rural do Espírito Santo, onde 99,4% da população estava coberta, segundo a PNAD 2009.

GRÁFICO 27
Acesso à energia elétrica
(Em %)

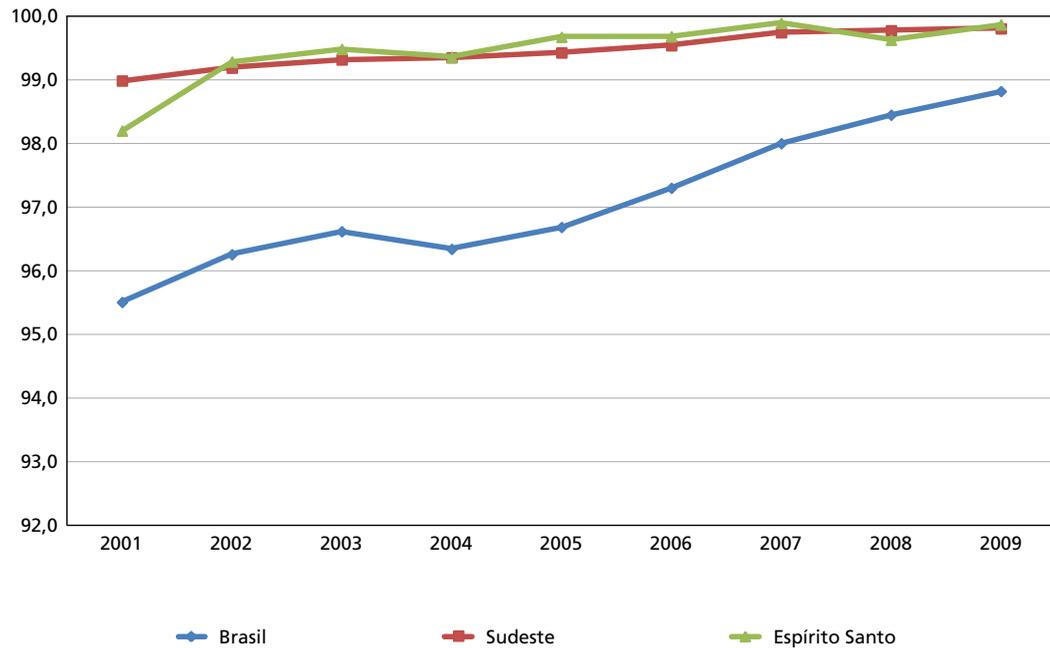
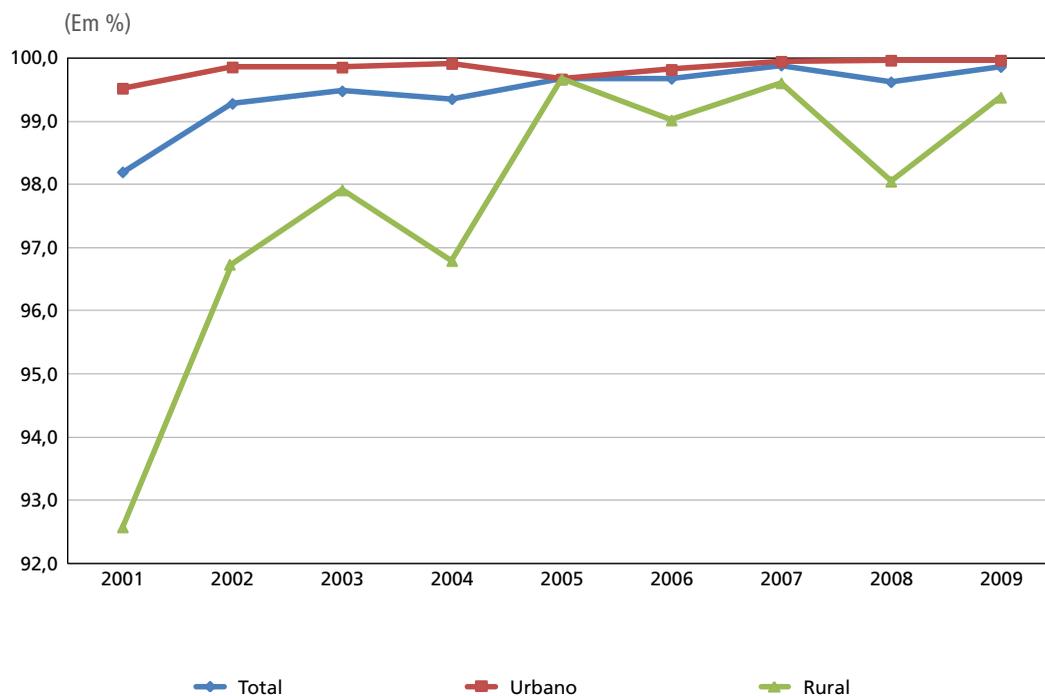


GRÁFICO 28
Acesso à energia elétrica – Espírito Santo



CULTURA

Os indicadores selecionados de acesso a bens culturais mostram, em geral, que o Sudeste e, em especial, o Espírito Santo superam a média nacional. No Espírito Santo as diferenças entre os espaços rurais e urbanos ainda não foram superadas.

O acesso a telefone celular no Brasil encontra-se em plena ascensão. Em 2001, a posse de celular, por pelo menos um morador do domicílio, atingia a cifra de 31%. Esta cobertura subiu para 81,1%, em 2009. As trajetórias do Sudeste e do Espírito Santo seguem de perto a nacional, chegando, em 2009, à cobertura de 86% e 84,8%, respectivamente.

No Espírito Santo, ainda há desigualdades de cobertura entre as zonas urbanas e as rurais, mas elas estão diminuindo.

GRÁFICO 29
Telefone celular no domicílio
 (Em %)

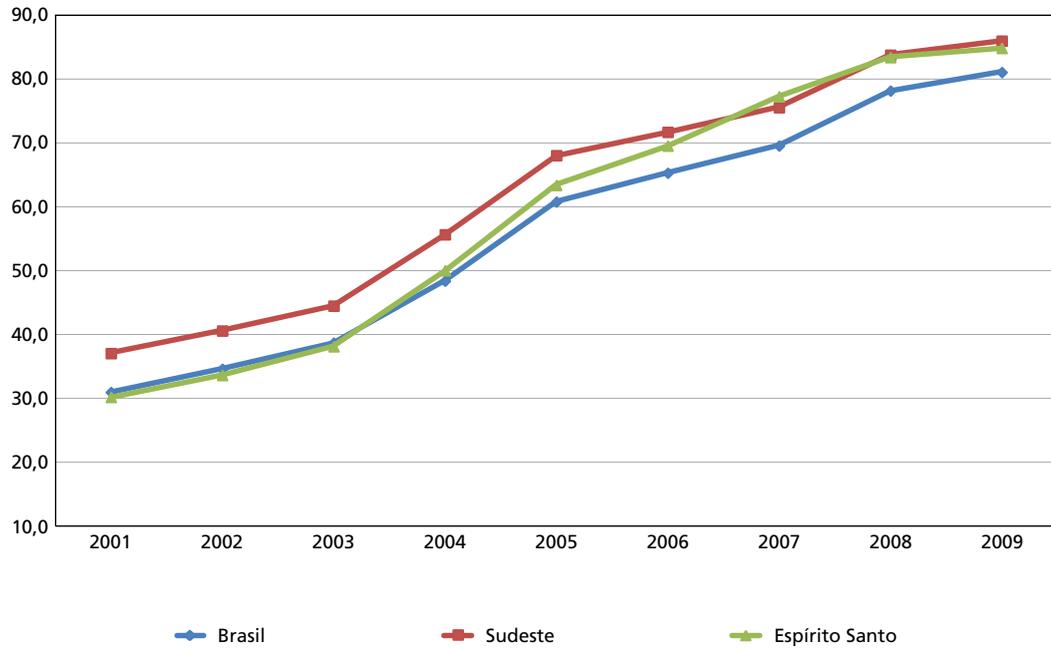
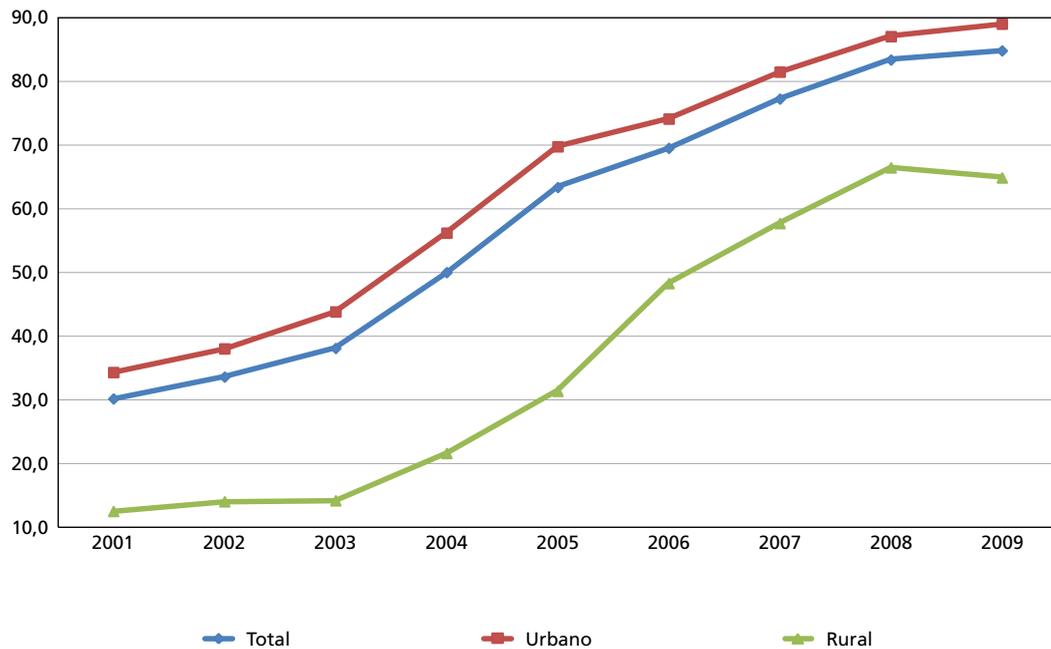


GRÁFICO 30
Telefone celular no domicílio – Espírito Santo
 (Em %)



Com relação ao acesso à internet, é plausível afirmar que esse item ainda pode ser considerado um “luxo”, mesmo em nível nacional, pois apenas 28,1% da população brasileira o possuíam em 2009. Apesar da velocidade de expansão do seu acesso nos últimos anos, a população rural está praticamente alijada desse processo. No Espírito Santo, a internet no domicílio ainda está em nível baixo. A taxa de acesso de 36,8% para a população urbana chega a apenas 3,3% para a população rural do estado.

GRÁFICO 31
Acesso à internet
 (Em %)

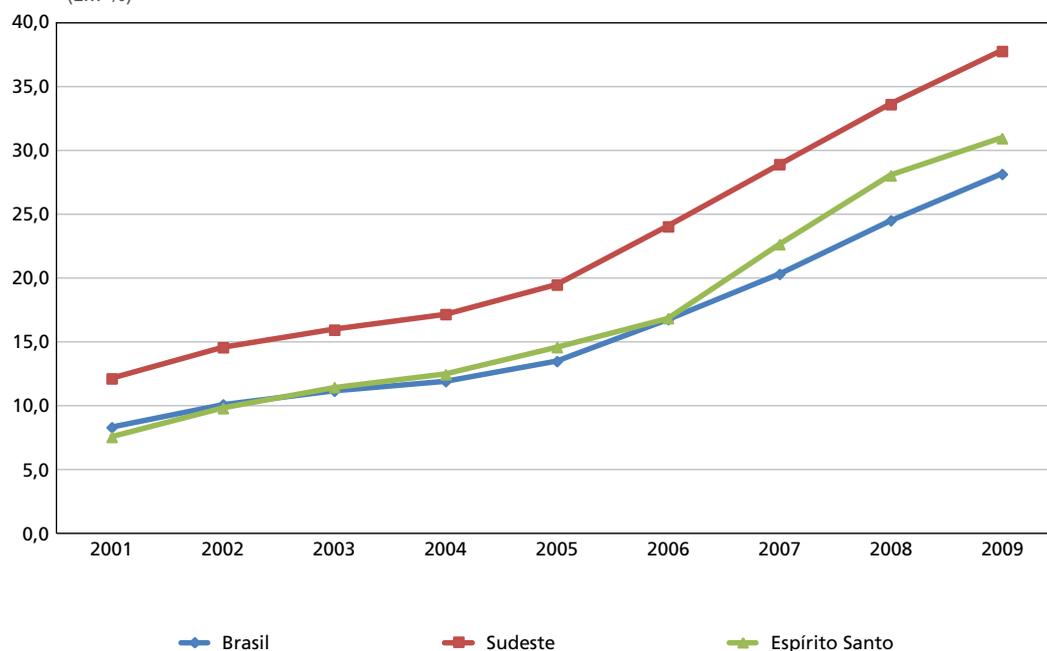
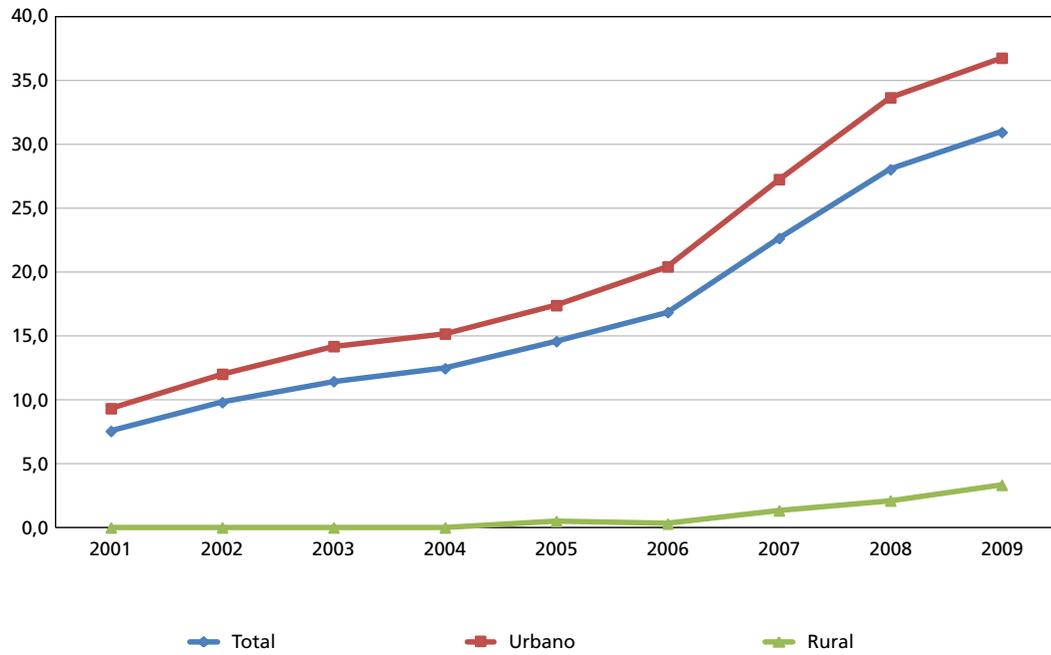


GRÁFICO 32
Acesso à internet – Espírito Santo

(Em %)



OUTRAS PERSPECTIVAS

O texto anterior é uma leitura, entre tantas possíveis, da evolução das condições de vida das populações, por unidade da Federação (UF). Os anexos a seguir oferecem uma série de 34 indicadores para que o leitor criativo faça suas próprias análises. Fechamos aqui a nossa parte, abrindo oportunidade para a projeção de outras perspectivas.

ANEXOS

ANEXO 1

Dados estatísticos

TABELA 1
Indicadores de demografia

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
População residente	Brasil	Total	170.681.542	173.257.720	175.736.541	181.454.363	183.680.670	185.750.667	187.572.564	189.545.662	191.478.573	
		Urbano	143.176.178	145.756.534	148.091.222	150.546.852	151.991.829	154.585.253	156.393.725	158.774.197	160.781.907	160.781.907
		Rural	27.505.364	27.501.186	27.645.319	30.907.511	31.688.841	31.165.414	31.178.839	30.771.465	30.696.666	30.696.666
Sudeste	Sudeste	Total	74.155.170	75.033.250	75.914.205	76.742.534	77.499.754	78.263.789	78.880.842	79.657.967	80.353.729	80.353.729
		Urbano	67.799.592	68.843.936	69.715.832	70.611.897	71.112.413	72.014.238	72.530.643	73.340.353	74.099.409	74.099.409
		Rural	6.355.578	6.189.314	6.198.373	6.130.637	6.387.341	6.249.551	6.350.199	6.317.614	6.254.320	6.254.320
Espírito Santo	Espírito Santo	Total	3.173.296	3.220.674	3.256.587	3.295.087	3.335.198	3.373.086	3.404.512	3.424.617	3.478.229	3.478.229
		Urbano	2.567.954	2.626.383	2.626.594	2.704.673	2.779.562	2.773.538	2.797.943	2.813.404	2.873.128	2.873.128
		Rural	605.342	594.291	629.993	590.414	555.636	599.548	606.569	611.213	605.101	605.101
Brasil	Brasil	Total	2,22	2,15	2,08	2,05	2,01	1,95	1,90	-	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	Sudeste	Total	1,96	1,91	1,86	1,85	1,83	1,78	1,75	-	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	Espírito Santo	Total	1,97	1,87	1,80	1,77	1,73	1,69	1,67	-	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	44,15	42,67	41,32	40,98	39,67	38,61	37,56	36,08	35,23
		Urbano	42,20	40,85	39,60	38,88	37,51	36,65	35,77	34,37	33,68
		Rural	55,24	53,16	51,30	52,16	51,00	49,20	47,33	45,68	44,00
Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos)		Total	38,41	37,14	35,75	35,65	34,04	33,05	32,41	30,72	30,32
	Sudeste	37,58	36,41	34,98	34,89	33,27	32,45	31,72	31,72	30,03	29,71
	Rural	47,96	45,83	45,05	45,10	43,27	40,33	40,89	40,89	39,27	38,00
Espírito Santo		Total	46,65	41,54	40,17	39,39	38,32	37,72	36,28	34,92	34,79
	Urbano	46,10	40,26	38,66	38,45	37,30	37,34	35,20	34,60	34,60	34,70
	Rural	49,05	47,48	46,83	43,87	43,70	39,54	41,50	36,39	36,39	35,22
Brasil		Total	13,04	13,31	13,58	13,68	13,77	14,12	14,47	15,09	15,33
	Urbano	12,62	12,98	13,27	13,43	13,60	13,86	14,18	14,83	15,07	15,07
	Rural	15,45	15,22	15,39	15,03	14,69	15,52	16,05	16,51	16,51	16,83
Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais)		Total	13,55	13,93	14,23	14,52	14,77	15,09	15,50	16,27	16,57
	Urbano	13,43	13,80	14,15	14,42	14,74	14,97	15,43	15,43	16,25	16,50
	Rural	14,93	15,44	15,22	15,80	15,22	16,49	16,37	16,37	16,46	17,44
Espírito Santo		Total	11,39	12,33	12,53	12,73	12,20	12,60	13,41	14,86	14,52
	Urbano	11,10	11,70	11,94	12,31	11,68	11,92	11,92	12,90	14,35	13,94
	Rural	12,63	15,25	15,10	14,74	15,00	15,77	15,77	15,87	17,23	17,30
Brasil		Total	145,462	130,676	149,170	157,737	153,349	204,824	131,968	130,435	195,953
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo migratório		Total	157,502	-27,928	-81,897	-166,091	-260,872	-77,599	-113,921	128,166	82,619
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo		Total	50,097	35,765	46,413	639	60,557	58,855	-2,147	31,808	56,943
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ripsa/MS.

Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 2
Indicadores de previdência e seguridade social

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		77,42	77,71	77,99	77,41	78,19	76,75	76,17	77,21	77,37
	Urbano		75,76	76,16	76,26	75,83	76,69	75,15	74,76	75,47	75,56
	Rural		85,09	85,31	86,63	84,95	85,49	84,50	82,93	85,93	86,49
Cobertura da população idosa	Total		74,37	75,29	75,39	76,24	77,29	76,43	75,65	75,77	76,29
	Urbano		74,19	74,85	74,96	75,85	76,84	75,87	75,38	75,33	75,65
	Rural		76,31	79,91	80,23	80,63	82,49	82,72	78,81	81,24	84,02
Espírito Santo	Total		83,24	83,20	80,16	79,91	78,29	79,06	78,83	78,00	77,10
	Urbano		81,63	81,22	77,59	79,08	76,31	77,11	76,83	76,15	75,08
	Rural		89,38	90,22	89,13	83,21	89,25	86,00	86,71	85,18	84,85
Brasil	Total		43,39	42,79	43,48	43,99	44,59	46,22	48,02	49,80	50,48
	Urbano		48,77	48,03	48,60	49,54	50,11	51,54	53,24	54,83	55,29
	Rural		16,65	16,32	17,29	18,00	18,95	20,53	22,20	23,89	25,23
Proporção de contribuintes na população economicamente ativa (PEA)	Total		52,10	51,41	51,98	53,40	53,66	55,28	57,15	59,07	59,08
	Urbano		54,50	53,76	54,20	55,56	55,94	57,46	59,41	60,93	61,05
	Rural		27,54	26,04	27,36	29,36	29,43	31,13	32,04	37,44	36,23
Espírito Santo	Total		42,16	41,37	40,68	45,62	44,96	49,44	49,10	49,99	53,13
	Urbano		48,90	47,90	46,84	53,47	50,54	55,45	55,75	57,46	59,38
	Rural		18,48	15,79	16,64	14,73	18,56	23,09	20,73	20,08	26,16
Brasil	Total		20,50	20,60	20,70	20,80	20,90	21,10	21,20	21,30	-
	Urbano		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esperança de vida aos 60 anos	Total		21,00	21,20	21,30	21,40	21,50	21,60	21,70	21,80	-
	Urbano		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	Total		21,30	21,40	21,50	21,60	21,70	21,70	21,80	21,90	-
	Urbano		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural		-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil		Total	18,30	18,76	19,80	19,95	20,04	20,30	19,89	20,34	20,74	
		Urbano	17,96	18,39	19,43	19,57	19,57	19,71	19,71	19,14	19,64	20,01
		Rural	23,08	24,13	24,65	24,33	25,57	27,47	28,45	28,45	28,52	29,16
Transferências na renda (%)	Sudeste	Total	18,19	18,67	19,92	20,40	20,32	20,27	19,63	20,44	20,44	20,50
		Urbano	18,19	18,54	19,88	20,32	20,21	20,13	19,45	19,45	20,28	20,28
		Rural	18,37	22,35	20,93	22,30	22,95	23,78	23,67	23,67	24,25	25,69
Espírito Santo		Total	19,95	18,08	20,18	19,77	21,86	20,30	21,51	21,17	21,17	20,09
		Urbano	18,87	17,51	19,85	19,22	22,02	19,91	19,91	21,18	20,48	19,27
		Rural	30,37	24,67	23,45	24,71	20,17	23,76	23,76	24,28	27,64	28,08

Fontes: PNADS 2001-2009/IBGE e Ripsa/IMS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 3
Indicadores de pobreza e desigualdade

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil		Total	10,54	9,48	10,87	8,86	7,51	6,33	6,18	5,13	5,16	
		Urbano	7,69	6,92	8,31	6,45	5,24	4,21	4,44	3,55	3,55	3,70
		Rural	25,36	22,94	24,55	20,48	18,31	16,73	14,85	14,85	13,11	12,64
Extrema pobreza	Sudeste	Total	5,58	4,58	5,60	4,23	3,32	2,73	2,66	2,66	2,36	2,33
		Urbano	4,72	3,79	4,90	3,77	2,79	2,44	2,45	2,45	2,08	2,16
		Rural	14,64	13,24	13,33	9,41	9,19	5,98	4,98	4,98	5,48	4,33
Espírito Santo		Total	9,92	6,98	7,96	5,75	5,53	4,49	3,57	3,56	3,56	3,22
		Urbano	8,18	5,68	6,19	4,19	4,66	3,61	3,61	3,89	3,43	3,50
		Rural	17,62	12,77	15,69	13,06	9,96	8,58	8,58	2,04	4,15	1,88

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		511,45	511,93	481,86	493,01	522,76	571,69	587,22	614,99	631,71
	Urbano		569,25	569,56	531,13	547,32	582,54	634,88	647,90	677,37	693,36
	Rural		210,23	207,77	218,79	231,09	237,55	260,98	285,18	297,80	314,25
Renda domiciliar per capita (R\$)	Total		647,48	644,39	602,58	606,21	653,62	712,44	717,51	746,14	759,48
	Urbano		682,58	678,87	631,36	633,55	684,04	745,08	748,83	778,68	790,66
	Rural		276,27	263,90	281,57	299,30	317,53	340,97	368,70	377,05	398,92
Espírito Santo	Total		473,61	510,43	460,88	500,95	531,11	560,53	584,62	611,25	633,90
	Urbano		526,59	574,67	513,59	548,66	578,51	613,66	634,81	672,79	695,44
	Rural		239,60	223,38	231,08	277,50	290,83	314,61	348,72	329,06	341,05
Brasil	Total		59,44	58,79	58,15	57,04	56,75	56,08	55,40	54,41	54,01
	Urbano		58,16	57,64	57,11	55,97	55,68	55,02	54,33	53,38	53,16
	Rural		53,87	51,33	53,17	51,78	50,51	50,11	51,26	49,67	49,02
Índice de Gini	Total		56,50	56,04	55,46	53,92	54,01	53,38	51,99	51,20	50,71
	Urbano		55,74	55,41	54,90	53,43	53,57	53,04	51,62	50,78	50,43
	Rural		52,40	49,08	51,16	49,22	48,80	45,67	46,88	46,06	44,66
Espírito Santo	Total		59,02	57,74	55,37	54,74	55,48	53,24	52,16	51,61	52,78
	Urbano		57,94	56,96	54,63	53,97	54,90	53,00	52,20	51,61	52,85
	Rural		53,71	46,33	48,02	50,31	50,07	45,54	43,93	40,41	40,08

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

TABELA 4
Indicadores de saúde

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	26,30	24,90	23,90	22,60	21,40	20,70	20,00	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de mortalidade infantil		Total	18,30	17,30	17,00	16,30	15,40	15,00	14,60	-	-
	Sudeste	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo		Total	17,90	16,10	16,40	15,00	15,60	15,40	13,90	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil		Total	101,40	105,70	108,40	100,20	96,40	98,90	94,30	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos)		Total	140,90	144,20	144,80	126,40	106,50	104,20	88,80	-	-
	Sudeste	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo		Total	159,90	187,60	179,10	181,40	171,00	184,10	187,60	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 5
Indicadores de trabalho e renda

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	9,2	9,0	9,6	8,8	9,1	8,3	8,0	7,0	8,2
		Urbano	10,5	10,2	11,0	10,1	10,5	9,4	9,0	7,9	9,1
		Rural	2,5	2,5	2,5	2,7	2,8	3,0	2,9	2,5	3,2
Taxa de desemprego		Total	10,5	10,5	11,2	10,2	10,5	9,4	8,7	7,5	8,6
	Sudeste	Urbano	11,1	11,0	11,8	10,7	11,1	9,7	9,1	7,9	9,0
	Rural	3,9	4,7	4,9	4,8	4,6	5,1	4,3	3,4	3,4	
Espírito Santo		Total	8,8	9,6	9,0	7,2	9,3	6,5	9,8	5,6	7,6
		Urbano	10,6	11,2	10,9	8,5	10,9	7,3	11,4	6,4	8,8
		Rural	2,4	3,1	1,4	1,9	2,0	2,9	3,1	2,3	2,4
Brasil		Total	1.039,4	1.009,0	937,1	932,5	971,8	1.041,9	1.075,1	1.090,5	1.116,4
		Urbano	1.124,2	1.089,4	1.004,0	1.000,7	1.047,1	1.119,7	1.147,4	1.162,1	1.189,0
		Rural	488,5	471,5	489,8	512,5	513,5	547,4	597,1	606,3	625,5
Rendimento médio do trabalho (R\$)		Total	1.249,9	1.203,9	1.110,6	1.081,5	1.134,7	1.210,5	1.233,7	1.236,8	1.264,0
	Sudeste	Urbano	1.303,7	1.252,3	1.149,2	1.117,9	1.175,5	1.252,0	1.273,2	1.275,1	1.303,2
	Rural	594,7	558,9	602,3	601,4	615,4	654,2	707,4	712,8	722,5	
Espírito Santo		Total	937,4	971,7	854,0	885,6	895,1	950,0	1.050,9	1.036,2	1.065,3
		Urbano	1.037,0	1.062,5	919,1	949,0	941,8	1.006,7	1.111,4	1.124,1	1.150,7
		Rural	457,2	468,1	514,4	539,6	612,9	623,4	711,0	579,1	587,9
Brasil		Total	68,1	68,9	68,9	69,6	70,4	70,1	69,6	69,6	69,7
		Urbano	66,7	67,5	67,6	68,1	68,9	68,8	68,6	68,7	68,9
		Rural	76,2	77,0	76,8	77,7	78,1	77,1	75,4	74,6	74,0
Taxa de participação		Total	67,1	67,9	67,7	68,1	69,2	69,4	68,9	69,0	69,4
	Sudeste	Urbano	66,4	67,3	67,2	67,5	68,5	68,9	68,4	68,6	68,9
	Rural	74,6	74,3	73,4	75,4	76,9	76,1	75,0	73,6	75,1	
Espírito Santo		Total	72,2	72,1	72,0	72,1	72,9	72,8	71,1	71,1	72,8
		Urbano	69,2	69,8	70,3	69,5	71,6	71,9	69,5	69,1	71,5
		Rural	85,3	82,8	79,5	84,0	79,3	77,0	78,7	80,5	78,9

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 6
Indicadores de educação

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	6,36	6,54	6,72	6,82	6,95	7,14	7,26	7,42	7,55
		Urbano	6,89	7,06	7,22	7,36	7,49	7,68	7,78	7,92	8,04
		Rural	3,42	3,62	3,83	3,98	4,14	4,30	4,47	4,64	4,78
Média de anos de estudos		Total	7,09	7,24	7,40	7,54	7,65	7,85	7,96	8,06	8,19
	Sudeste	Urbano	7,35	7,49	7,64	7,77	7,89	8,09	8,19	8,28	8,40
	Rural	4,13	4,29	4,55	4,73	4,83	4,94	5,14	5,43	5,50	
Espírito Santo		Total	6,42	6,61	6,74	7,07	7,32	7,25	7,39	7,37	7,55
	Urbano	6,98	7,15	7,32	7,61	7,85	7,82	7,96	7,92	7,92	8,11
	Rural	4,01	4,12	4,18	4,52	4,60	4,55	4,66	4,82	4,82	4,91
Brasil		Total	12,36	11,87	11,60	11,44	11,13	10,46	10,09	9,96	9,70
	Urbano	9,46	9,09	8,88	8,72	8,45	7,89	7,89	7,62	7,52	7,37
	Rural	28,72	27,72	27,25	25,88	25,10	24,28	23,41	23,53	23,53	22,77
Taxa de analfabetismo		Total	7,49	7,17	6,82	6,61	6,58	6,01	5,78	5,81	5,68
	Urbano	6,43	6,18	5,85	5,79	5,68	5,17	4,98	4,98	5,06	4,91
	Rural	19,57	18,89	18,49	16,73	17,22	16,20	15,44	15,44	15,06	15,33
Espírito Santo		Total	11,45	10,71	10,27	9,47	8,63	9,47	8,52	8,83	8,53
	Urbano	9,73	8,72	8,29	7,70	7,03	7,57	6,52	6,52	7,06	6,61
	Rural	18,86	19,87	19,00	17,81	16,86	18,45	18,21	17,08	17,08	17,65
Brasil		Total	25,88	27,42	28,75	31,20	31,11	33,64	35,69	37,25	38,08
	Urbano	28,09	29,85	31,19	34,33	34,15	36,56	38,41	38,41	39,84	40,23
	Rural	16,19	16,42	17,56	18,76	19,30	21,96	24,03	24,03	26,02	28,39
Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos		Total	27,47	29,41	30,84	35,08	34,49	38,13	40,74	41,17	42,63
	Urbano	28,93	30,97	32,29	36,67	36,26	39,64	42,45	42,45	42,50	44,17
	Rural	14,19	14,76	16,35	19,03	18,15	23,00	24,13	24,13	28,23	25,63
Espírito Santo		Total	26,04	28,88	32,09	35,60	35,26	35,94	41,34	43,85	40,10
	Urbano	27,92	31,43	36,27	40,11	39,48	38,50	45,42	45,42	45,52	42,48
	Rural	18,67	17,83	17,49	16,42	18,49	23,93	24,79	24,79	34,95	26,37

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		85,16	85,74	86,03	86,37	86,89	87,71	89,41	90,07	91,09
	Urbano		85,54	85,98	86,38	86,68	87,22	87,96	89,58	90,28	91,28
	Rural		83,51	84,67	84,50	85,13	85,64	86,69	88,70	89,18	90,25
Taxa de frequência líquida à escola – ensino fundamental (6 a 14 anos)											
Total			85,84	86,07	86,84	87,14	87,58	88,14	89,77	90,74	92,40
Urbano			85,95	86,17	87,06	87,23	87,61	88,28	89,87	90,82	92,53
Rural			84,92	85,13	84,83	86,34	87,28	86,83	88,85	89,99	91,22
Total			84,75	85,38	84,80	86,76	83,32	88,38	87,63	90,60	88,33
Urbano			84,69	85,73	85,01	86,59	83,32	88,49	87,27	90,59	88,69
Rural			85,00	84,06	84,04	87,50	83,33	87,92	89,03	90,61	86,76
Total			36,86	40,00	43,03	44,26	45,22	47,00	47,89	50,44	50,96
Brasil			41,13	44,57	47,48	49,32	50,29	51,79	52,06	54,36	54,40
Rural			17,01	18,51	21,68	22,02	24,58	26,78	30,60	33,31	35,69
Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos)											
Total			47,95	52,43	55,46	57,87	57,35	57,79	58,73	61,94	60,56
Urbano			50,33	54,78	57,68	59,93	59,38	59,52	60,30	63,34	61,55
Rural			24,81	29,83	34,47	35,13	37,96	40,37	42,87	48,67	49,93
Total			41,93	45,53	45,99	50,26	45,89	52,02	44,92	52,41	54,37
Urbano			47,19	50,00	49,43	57,05	50,15	55,65	49,04	55,05	55,33
Rural			24,22	26,97	30,86	23,75	29,41	35,52	24,20	39,71	50,00
Total			10,24	11,19	12,14	12,35	13,13	14,58	15,46	16,19	17,51
Brasil			11,72	12,81	13,90	14,40	15,20	16,80	17,68	18,39	19,68
Rural			1,55	1,84	1,84	1,84	2,51	2,65	3,56	3,90	4,98
Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos)											
Total			12,87	14,13	15,03	15,79	16,47	18,47	19,80	19,91	21,11
Urbano			13,78	15,13	16,07	16,80	17,63	19,71	21,04	20,97	22,19
Rural			2,23	2,41	1,99	3,01	3,11	2,78	4,38	6,31	6,46
Total			10,49	14,90	13,25	14,49	15,07	15,17	19,25	15,00	16,59
Urbano			11,82	17,74	16,01	16,67	17,06	16,93	22,02	17,37	19,19
Rural			4,22	1,20	1,12	3,20	3,85	6,14	3,13	4,30	2,86

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/ipea.

TABELA 7
Indicadores de saneamento e habitação

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	81,40	82,69	83,27	83,31	83,73	85,21	86,12	86,98	87,72
		Urbano	87,71	88,52	88,77	89,46	89,73	90,86	91,23	91,61	92,00
		Rural	48,53	51,79	53,82	53,32	54,94	57,22	60,48	63,10	65,31
Abastecimento adequado de água	Sudeste	Total	93,82	94,25	94,46	95,10	94,95	95,68	95,65	95,71	96,16
		Urbano	95,13	95,29	95,39	95,99	95,89	96,52	96,33	96,43	96,87
		Rural	79,80	82,76	84,04	84,84	84,53	86,00	87,98	87,28	87,80
Espírito Santo	Total	93,39	95,87	95,13	96,57	97,69	96,28	96,28	97,36	97,31	99,04
	Urbano	95,12	97,08	95,94	97,15	98,13	97,20	97,20	97,89	97,70	99,04
	Rural	86,06	90,51	91,73	93,90	95,45	92,01	94,90	95,55	95,55	99,07
Brasil		Total	95,51	96,26	96,62	96,34	96,68	97,30	98,00	98,45	98,82
		Urbano	99,21	99,42	99,53	99,60	99,64	99,72	99,83	99,84	99,87
		Rural	76,24	79,48	81,02	80,46	82,53	85,27	88,83	91,24	93,29
Acesso à energia elétrica	Sudeste	Total	98,98	99,19	99,32	99,35	99,42	99,54	99,74	99,77	99,80
		Urbano	99,68	99,85	99,88	99,88	99,86	99,89	99,95	99,95	99,92
		Rural	91,59	91,85	93,02	93,22	94,59	95,48	97,42	98,07	98,25
Espírito Santo	Total	98,20	99,28	99,48	99,36	99,67	99,68	99,68	99,89	99,62	99,87
	Urbano	99,52	99,86	99,86	99,91	99,67	99,82	99,82	99,95	99,97	99,97
	Rural	92,58	96,73	97,91	96,79	99,67	99,02	99,02	99,61	98,05	99,38
Brasil		Total	58,47	59,35	59,70	59,37	59,38	60,10	61,99	62,21	62,01
		Urbano	63,15	64,00	64,47	64,53	64,76	65,20	67,01	67,14	66,89
		Rural	21,50	23,75	24,25	25,21	24,95	26,89	30,20	30,51	30,83
Esgotamento sanitário adequado	Sudeste	Total	81,64	82,44	83,19	83,78	83,88	84,61	85,61	85,76	86,31
		Urbano	86,32	86,78	87,68	88,07	88,35	88,81	89,74	89,90	90,36
		Rural	23,97	28,10	27,48	29,87	30,09	32,68	35,56	35,15	35,79
Espírito Santo	Total	59,02	64,43	61,81	65,99	66,75	68,28	68,28	68,07	65,67	72,12
	Urbano	68,32	72,80	70,94	77,60	75,36	76,56	75,17	74,85	79,22	
	Rural	17,34	25,80	22,42	11,09	22,63	28,94	34,96	21,93	37,73	

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		81,49	82,97	83,89	82,81	83,83	84,94	85,83	86,63	87,59
	Urbano		94,29	95,34	95,98	95,70	96,60	97,12	97,59	97,84	98,27
	Rural		14,85	17,38	19,09	20,04	22,56	24,55	26,82	28,78	31,65
Coleta de lixo	Total		91,68	93,05	93,25	93,61	93,88	94,45	94,84	95,03	95,66
	Urbano	Sudeste	97,68	98,36	98,52	98,52	98,78	99,04	99,25	99,15	99,47
	Rural		27,56	33,93	33,97	37,07	39,34	41,54	44,53	47,25	50,51
Espírito Santo	Total		77,82	80,59	80,14	83,17	84,29	84,57	85,89	85,62	87,09
	Urbano		93,46	96,15	96,07	97,51	97,69	97,46	99,01	97,85	98,73
	Rural		11,47	11,82	13,71	17,51	17,27	24,94	25,33	29,33	31,86
Brasil	Total		36,07	37,68	39,09	39,01	39,42	40,76	43,08	43,93	44,22
	Urbano		42,24	43,89	45,30	45,76	46,26	47,48	49,81	50,54	50,58
	Rural		4,01	4,83	5,89	6,19	6,67	7,46	9,37	9,88	10,94
Proporção de domicílios adequados	Total		54,14	56,05	58,21	59,00	59,44	61,25	63,44	64,07	64,84
	Urbano	Sudeste	58,52	60,24	62,43	62,98	63,68	65,27	67,42	68,15	68,76
	Rural		7,39	9,40	10,79	13,20	12,25	14,87	17,86	16,67	18,39
Espírito Santo	Total		39,67	46,04	43,00	48,69	46,95	48,47	50,00	48,72	53,66
	Urbano		48,19	55,46	52,12	58,46	55,79	57,21	58,76	57,49	62,09
	Rural		3,60	4,36	5,07	3,99	2,81	8,06	9,65	8,16	13,53

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 8
Indicadores de cultura

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	8,31	10,10	11,17	11,92	13,49	16,77	20,31	24,51	28,14
		Urbano	9,84	11,92	13,13	14,20	16,08	19,87	23,92	28,60	32,70
		Rural	0,39	0,45	0,66	0,77	1,06	1,36	2,22	3,41	4,25
Acesso à internet no domicílio		Total	12,13	14,57	15,95	17,17	19,48	24,04	28,91	33,60	37,76
	Sudeste	Urbano	13,19	15,80	17,25	18,51	20,98	25,85	30,97	35,81	40,26
	Rural	0,87	0,90	1,30	1,73	2,78	3,13	5,32	7,96	8,16	
Espírito Santo		Total	7,55	9,80	11,45	12,45	14,58	16,85	22,64	28,02	30,94
	Urbano	9,33	12,02	14,19	15,17	17,40	20,43	27,26	33,66	36,75	
	Rural	—	—	—	—	0,50	0,30	1,33	2,11	3,33	
Brasil		Total	12,46	14,05	15,10	16,17	18,42	22,17	27,07	32,26	36,00
		Urbano	14,63	16,41	17,60	19,08	21,71	26,00	31,45	37,04	41,23
		Rural	1,16	1,53	1,71	1,98	2,68	3,20	5,10	7,57	8,60
Existência de computador no domicílio		Total	17,76	19,73	21,29	22,85	25,74	30,53	36,98	42,76	46,98
	Sudeste	Urbano	19,24	21,24	22,91	24,48	27,57	32,65	39,34	45,12	49,67
	Rural	2,03	3,00	3,08	4,01	5,28	6,03	10,06	15,37	15,10	
Espírito Santo		Total	11,38	13,32	14,69	17,26	19,70	22,57	29,49	35,14	38,36
	Urbano	13,85	16,14	18,21	20,67	23,15	26,54	35,18	41,33	44,70	
	Rural	0,90	0,86	—	1,64	2,48	4,22	3,22	6,63	8,22	
Brasil		Total	50,20	51,69	49,74	47,57	46,72	45,47	44,21	43,57	42,34
		Urbano	58,52	59,83	57,42	55,60	54,69	52,83	51,26	50,27	48,77
		Rural	6,86	8,52	8,60	8,46	8,48	8,99	8,86	8,98	8,68
Existência de telefone fixo no domicílio		Total	63,06	65,00	62,47	61,69	62,12	61,66	60,87	59,78	58,25
	Sudeste	Urbano	67,66	69,25	66,52	65,45	65,97	65,27	64,49	63,26	61,57
	Rural	13,93	17,73	16,96	18,38	19,22	20,06	19,43	19,30	18,86	
Espírito Santo		Total	48,02	54,99	53,37	52,76	48,69	45,91	45,50	43,23	42,02
	Urbano	58,52	66,09	64,47	62,40	56,90	53,74	53,61	51,23	49,44	
	Rural	3,38	5,91	7,08	8,60	7,60	9,72	8,08	6,40	6,82	

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		30,98	34,62	38,70	48,39	60,78	65,28	69,54	78,15	81,05
	Urbano		35,07	38,75	43,08	54,21	67,49	71,54	75,54	83,61	86,12
	Rural		9,71	12,69	15,30	20,03	28,58	34,25	39,44	49,94	54,49
Existência de telefone celular no domicílio	Total		37,06	40,60	44,49	55,65	68,04	71,69	75,54	83,76	85,96
	Urbano		39,32	42,73	46,77	58,13	70,65	74,03	77,72	85,48	87,64
	Rural		13,03	16,81	18,85	27,10	38,90	44,71	50,67	63,77	66,08
Espirito Santo	Total		30,20	33,63	38,13	50,03	63,38	69,53	77,25	83,38	84,82
	Urbano		34,35	38,06	43,86	56,22	69,77	74,12	81,48	87,05	89,01
	Rural		12,56	14,07	14,23	21,66	31,41	48,30	57,73	66,46	64,89
Brasil	Total		89,24	90,27	90,51	90,47	91,53	93,35	94,94	95,78	96,26
	Urbano		93,89	94,38	94,45	94,83	95,81	96,77	97,64	97,95	98,09
	Rural		65,03	68,51	69,39	69,25	71,00	76,40	81,35	84,61	86,69
Existência de televisão no domicílio	Total		94,78	95,43	95,56	96,14	96,52	97,30	97,97	98,15	98,32
	Urbano		96,20	96,79	96,71	97,19	97,50	98,00	98,61	98,58	98,73
	Rural		79,61	80,26	82,70	83,99	85,57	89,23	90,74	93,14	93,36
Espirito Santo	Total		88,57	91,27	92,69	94,72	93,83	95,61	96,93	97,37	97,82
	Urbano		90,49	93,43	94,57	95,27	94,48	96,27	97,69	97,85	98,07
	Rural		80,43	81,73	84,87	92,18	90,58	92,54	93,41	95,16	96,59
Brasil	Total		88,31	88,14	88,04	87,98	88,28	88,04	88,34	89,16	88,12
	Urbano		89,33	89,21	88,84	89,31	89,56	89,18	89,27	90,19	89,25
	Rural		82,96	82,44	83,75	81,53	82,11	82,40	83,66	83,86	82,18
Existência de rádio no domicílio	Total		92,91	93,19	92,94	93,14	93,08	92,71	93,08	93,71	92,63
	Urbano		93,44	93,66	93,21	93,41	93,37	92,96	93,38	93,91	92,87
	Rural		87,23	87,99	89,84	90,02	89,84	89,92	89,74	91,42	89,77
Espirito Santo	Total		88,15	87,80	87,72	89,52	88,74	86,95	88,35	90,24	93,50
	Urbano		88,53	88,42	87,27	89,69	88,55	86,82	88,81	89,95	93,00
	Rural		86,55	85,07	89,57	88,74	89,67	87,57	86,20	91,58	95,89

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

ANEXO 2

Glossário de indicadores – informações por estados

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Para construção dos indicadores, foram utilizadas as fontes Ripsa/MS e PNAD/IBGE.
- Todos os indicadores com fonte PNAD/IBGE foram elaborados para a população residente em domicílios particulares permanentes.
- O critério utilizado para a classificação da população em urbana e rural para indicadores com fonte PNAD/IBGE é o mesmo para a classificação da situação do domicílio. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.
- Pessoas ocupadas: foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período ou que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve etc.
- Pessoas desocupadas: foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.
- PEA: as pessoas economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.
- População não economicamente ativa: as pessoas não economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas nesse período.

DEMOGRAFIA

População residente – PNAD/IBGE

Total de pessoas que tem a unidade domiciliar como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Taxa de fecundidade – Ripsa/MS

Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por mulher ao fim do seu período reprodutivo, em determinado espaço geográfico.

A taxa é estimada para um ano no calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos.

Método de cálculo:

- A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para cada idade das mulheres residentes de 15 a 49 anos.
- As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos tidos por mulher, por ano das faixas etárias de 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44 e 45-49 anos. Essas taxas são estimadas por meio de metodologias demográficas sofisticadas, geralmente aplicadas a dados censitários e a pesquisas domiciliares.

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.5&lang=pt&version=ed4>>.

Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos) – PNAD/IBGE

Razão entre o total de pessoas com 0 a 15 anos de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 15 anos de idade}}{\text{População de 16 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais) – PNAD/IBGE

Razão entre o total de pessoas com 60 anos ou mais de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade}}{\text{População de 16 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Saldo migratório – PNAD/IBGE

É o saldo entre imigrantes (número de pessoas que entrou) e emigrantes (número de pessoas que saiu) de uma determinada unidade geográfica nos últimos cinco anos.

Método de cálculo:

$$\text{Saldo} = \text{imigrantes} - \text{emigrantes}$$

PREVIDÊNCIA E SEGURIDADE

Cobertura da população idosa – PNAD/IBGE

Proporção (em porcentagem) de idosos com 60 anos ou mais de idade que recebem aposentadoria e/ou pensão de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), estadual ou municipal ou do governo federal na semana de referência. Para se obter esse dado de cobertura, elimina-se a dupla contagem naqueles casos em que a mesma pessoa recebe aposentadoria e pensão.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade que recebe aposentadoria e/ou pensão}}{\text{População de 60 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Proporção de contribuintes na população economicamente ativa – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas economicamente ativas que contribuem para a previdência.

São consideradas as pessoas de 16 anos ou mais que fazem contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho na semana de referência, empregados com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, além de pessoas que possuíam trabalho secundário da semana de referência, como militar do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica, funcionários públicos estatutários ou que tinham carteira de trabalho assinada nesse trabalho secundário.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{PEA que contribui para previdência}}{\text{PEA}} \times 100$$

Esperança de vida aos 60 anos – PNAD/IBGE

Número médio de anos adicionais de vida que se espera para um sobrevivente de 60 anos, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo: a partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, com base no método atuarial, toma-se o número de indivíduos de uma geração inicial de nascimentos que completou 60 anos de idade (l_{60}). Determina-se, a seguir, o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração, desde os 60 anos até a idade limite (T_{60}). A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de T_{60} por l_{60} .

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.12&lang=pt&version=ed4>>.

Percentual das transferências na renda – PNAD/IBGE

Percentual do rendimento de todas as fontes provenientes de programas de transferência de renda. Fazem parte dos programas de transferência de renda: rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de abono de permanência – e juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos –, que recebia, normalmente, no mês de referência.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma do rendimento proveniente de programas de transferência de renda}}{\text{Soma do rendimento de todas as fontes}} \times 100$$

POBREZA E DESIGUALDADE

Extrema pobreza – PNAD/IBGE

A pobreza é vista como uma condição de insuficiência de renda. Para o cálculo desse indicador, utilizou-se a renda domiciliar *per capita* como referência para a aferição de pobreza na população brasileira. Definiu-se como extremamente pobre a população com renda domiciliar *per capita* (RDPC) abaixo de R\$ 67,07 em 2009, calculando-se assim o percentual de pessoas que vivem nesta situação. Os valores foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e estão apresentados a preços de 2009.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População extremamente pobre}}{\text{População total}} \times 100$$

Renda domiciliar *per capita* – PNAD/IBGE

É a soma dos rendimentos de todas as fontes de todos os moradores do domicílio dividida pelo número de moradores do domicílio. Os pensionistas – locatários de cômodos ou vagas em domicílios –, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos são excluídos do cálculo.

Para o cálculo da renda média de acordo com categorias selecionadas, é feita média das rendas domiciliares *per capita* das pessoas residentes nas categorias selecionadas.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma das rendas domiciliares } per\ capita}{\text{População total}}$$

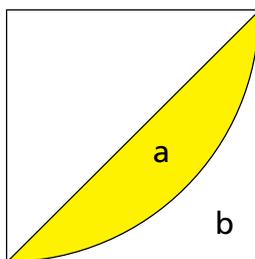
em que a renda domiciliar *per capita* é:

$$\frac{\text{Soma da renda dos moradores de determinado domicílio}}{\text{Número de moradores no domicílio}}$$

Índice de Gini – PNAD/IBGE

É comumente utilizado para calcular a desigualdade na distribuição de rendimento, mas pode ser usado para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de rendimento (em que todos têm o mesmo rendimento) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem todo o rendimento, e as demais nada têm). O Índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Calcula-se o Coeficiente de Gini como uma razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é *a*, e a área abaixo da curva de Lorenz é *b*, então o Coeficiente de Gini é $a/(a+b)$. Esta razão se expressa como porcentagem ou como equivalente numérico dessa porcentagem, que é sempre um número entre 0 e 1.



O Coeficiente de Gini pode ser calculado com a fórmula de Brown, que é mais prática:

$$G = \left| 1 - \sum_{K=0}^{K=n-1} (X_{K+1} - X_K) (Y_{K+1} - Y_K) \right|$$

em que:

G = Coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável “população”

Y = proporção acumulada da variável “renda”

Se existe perfeita igualdade, então todos têm a mesma renda e pode-se escolher quaisquer dois indivíduos para colocar na fórmula que dará o mesmo resultado. Escolhendo-se o primeiro e o último indivíduo, então $(X_{k+1} - X_k = 1)$ e $(Y_{k+1} - Y_k = 1)$, e G fica igual a 0. No caso de desigualdade máxima, apenas um indivíduo detém toda a renda do país, quaisquer indivíduos escolhidos dará $(Y_{k+1} - Y_k = 0)$, e G fica igual a 1. Esta soma é, então, sempre um número entre 0 e 1.

SAÚDE

Taxa de mortalidade infantil – Ripsa/MS

Número de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo:

Direto:

$$\frac{\text{Número de óbitos de residentes com menos de 1 ano de idade}}{\text{Número de nascidos vivos de mães residentes}} \times 1.000$$

Indireto: estimativa por técnicas demográficas especiais. Os dados provenientes desse método têm sido adotados para os estados que apresentam cobertura do Sinasc inferior a 90% ou que não atingem o valor de 80% de um índice composto, especialmente criado, que combina a cobertura de óbitos infantis com a regularidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichas/IDB/record.php?node=c.1&lang=pt&version=ed4>>.

Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) – Ripsa/MS

A taxa de homicídio masculina faz parte da taxa de mortalidade específica por causas externas, que é o número de óbitos por causas externas, no caso, homicídios, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Número de óbitos de homens jovens por homicídios}}{\text{População de homens jovens ajustada ao meio do ano}} \times 1.000$$

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichas/IDB/record.php?node=c.9&lang=pt&version=ed4>>.

TRABALHO E RENDA

Taxa de desemprego – PNAD/IBGE

Percentual da população residente economicamente ativa que se encontra sem trabalho na semana de referência.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População desocupada de 16 anos ou mais}}{\text{PEA de 16 anos ou mais}} \times 100$$

Rendimento médio do trabalho – PNAD/IBGE

É a média do rendimento mensal de todos os trabalhos para pessoas de 16 anos ou mais de idade. Consideraram-se apenas os ocupados com renda maior do que zero.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma do rendimento mensal de todos os trabalhos da população de 16 anos ou mais}}{\text{População ocupada de 16 anos ou mais, com rendimento maior do que zero}}$$

Taxa de participação – PNAD/IBGE

É o percentual das pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{PEA de 16 anos ou mais}}{\text{População de 16 anos ou mais}} \times 100$$

EDUCAÇÃO

Média de anos de estudos – PNAD/IBGE

A média de anos de estudos fornece a média de séries concluídas com aprovação por uma determinada população.

Os anos de estudos, ou grau de instrução, foram obtidos a partir da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação está relacionada a um ano de estudo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo da população de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}}$$

Taxa de analfabetismo – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas analfabetas, ou seja, que não sabem ler e escrever. Considerou-se como alfabetizada a pessoa de 15 anos ou mais de idade capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População que não sabe ler e escrever de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}} \times 100$$

Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche}}{\text{População de 0 a 5 anos}} \times 100$$

Taxa de frequência líquida à escola – ensino fundamental (6 a 14 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 6 a 14 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino fundamental.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 6 a 14 anos que frequenta o ensino fundamental}}{\text{População de 6 a 14 anos}} \times 100$$

Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 15 a 17 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino médio.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio}}{\text{População de 15 a 17 anos}} \times 100$$

Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 18 a 24 anos que frequenta a universidade ou já está formada.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu ensino superior, ou frequenta ou já frequentou mestrado ou doutorado}}{\text{População de 18 a 24 anos}} \times 100$$

SANEAMENTO E HABITAÇÃO**Abastecimento adequado de água – PNAD/IBGE**

Proporção da população residente em domicílios com abastecimento adequado de água.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios em que a proveniência da água é de rede geral de distribuição para área urbana, ou de rede geral, poço ou nascente para área rural}}{\text{População total}} \times 100$$

Acesso à energia elétrica – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios com acesso à energia elétrica.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios cuja forma de iluminação é elétrica}}{\text{População total}} \times 100$$

Esgotamento sanitário adequado – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios cobertos com serviços de esgotamento sanitário adequados.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios servidos por rede coletora ou fossa séptica ligada a rede coletora para área urbana, ou servidos por rede coletora, fossa séptica ligada a rede coletora ou fossa séptica não ligada a rede coletora para área rural}}{\text{População total}} \times 100$$

Coleta de lixo – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios atendidos por serviços adequados de coleta de lixo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente atendida, direta ou indiretamente, por serviço regular de coleta de lixo no domicílio}}{\text{População total}} \times 100$$

Domicílios adequados – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios considerados adequados.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados, e que têm até dois moradores por dormitório}}{\text{População total}} \times 100$$

CULTURA

Acesso à internet no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com acesso à internet.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com acesso à internet}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de computador no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com computador.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com computador}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de telefone fixo no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com telefone fixo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com telefone fixo}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de telefone celular no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios em que pelo menos um morador possui celular.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com celular}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de televisão no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com televisão.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com televisão}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de rádio no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com rádio.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com rádio}}{\text{População total}} \times 100$$

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão

Cida Taboza

Inara Vieira

Thayse Lamera

Revisão

Ângela de Oliveira

Cristiana de Sousa da Silva

Lizandra Deusdarã Felipe

Regina Marta de Aguiar

Editoração

Jonatas Bonach

Capa

Jonatas Bonach

Projeto gráfico

Anderson Reis

Jonatas Bonach

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 500 exemplares

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.